



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N° 17/2009
Sessão Ordinária
28.12.09

Sessão realizada na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Sines.

Presenças dos membros da Assembleia Municipal:

- Presidente – José Luís Martins Batalha (PS)
- 1º Secretário – Fernando Miguel Ramos (PS)
- 2ª Secretária – Paula Cristina de Brito Valeira Plácido Ledo (PS)
- José Arcanjo Ferreira da Costa (SIM)
 - Eduardo Luís Contreiras Pires (SIM)
 - Helena Margarida Rodrigues Correia Sales (SIM)
 - Carlos Alberto Guerreiro Murta (SIM)
 - Nuno Miguel Nogueira do Ò Pereira (SIM)
 - Mara Luzia Santos Girante Saramago (SIM)
 - António Girão Meco (SIM)
 - Filipe Manuel Cardoso Rodrigues (SIM)
 - Ana Eugénia Santa Barbara Ramos (SIM)
 - Carlos Alberto da Silva (PS)
 - João Miguel Telo Raposo (PS)
 - Carlos Rio Salvador (PS)
 - Miguel Paulo Ferreira Ribeiro (PS)
 - João Manuel Damas (CDU)
 - José Eduardo Félix da Costa (CDU)
 - Josefina Maria Andrade Espadinha (CDU)
 - Francisco Pereira Venturinha (PSD)
 - João Madeira (BE)
 - José da Silva Raposo (SIM) – Presidente Junta Freguesia Sines
 - Luís Manuel Gil (PS) – Presidente Junta Freguesia de Porto Covo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N.º 17/2009
Sessão Ordinária
28.12.09

Presenças da Câmara Municipal:

Presidente	–	Manuel Coelho Carvalho (SIM)
Vereadora	–	Marisa Filipa Santos Rodrigues dos Santos (SIM)
Vereadora	–	Carmen Isabel Amador Francisco (SIM)
Vereador	–	António Nogueira de Almeida (SIM)
Vereador	–	Nuno José Gonçalves Mascarenhas (PS)
Vereador	–	Idalino Sabido José (PS)
Vereador	–	Francisco Maria Pereira do Ó Pacheco (CDU)

Abriu a sessão pelas 21h10 o Presidente da Assembleia que, após dar as boas noites a todos os presentes, informou que se iria entrar na ordem de trabalhos conforme consta do edital n.º 17/09 atempadamente afixado nos locais habituais.

Período intervenção do público

Questionados os munícipes presentes sobre a sua intenção em colocar questões à Assembleia ou ao Executivo foram registadas as inscrições e realizadas as intervenções seguintes:

O munícipe António Rui Pimenta começou por referir que considera que a publicitação das Sessões da assembleia municipal não é feita convenientemente, pois não encontra os editais nos locais habituais e para saber tem normalmente que perguntar a algum deputado.

Referiu que ainda que é uma pessoa muito ligado ao mar, preocupado e atento a tudo o que se passa em Sines. No dia 14 de Dezembro 2009, fez chegar à Sra. Vereadora Carmen informação sobre o que se está a passar no cabo de Sines. Na altura tirou fotos do que está a passar e que pensa é do conhecimento desta Câmara. É um escândalo o que se está a passar na nossa terra, com as águas que passam por detrás da APS e que vão directamente para a bacia do Cabo de Sines. Explicou ainda que foi colocado há alguns anos o tubo que atravessa por baixo da estrada e está dissimulado entre as pedras e jorra um líquido que não é tratado e que vai para o mar, tem um cheiro que é insuportável e a cor da água é de sabão. Ficou de entregar à Vereadora Carmen que está a tratar do assunto, as fotos que tirou na altura. Têm e vai entregar essas fotos não só ao executivo como também à assembleia municipal. Referiu ainda que daqui a algum tempo quando houver outra assembleia virá perguntar o que se está a passar. Irão ver nessas fotografias uma mancha cinzenta da poluição que existe no cabo de Sines. Fica abismado como isto dura há anos e ninguém faz nada, não sabendo se os fiscais da Câmara vão lá ver o que se passa, pois ele vai lá sempre que isso acontece.

Frisou ainda que enquanto este assunto não estiver resolvido não se calará. Considera no entanto que a Câmara ou a Assembleia têm a possibilidades de resolver este assunto, mas se tal não acontecer irá



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N° 17/2009 Sessão Ordinária 28.12.09

divulgar às entidades e aos órgãos oficiais deste país. Foram entregues pelo Sr. António Rui Pimenta as fotos à mesa da assembleia e ao executivo.

Foi de seguida cedida a palavra ao Município Carlos Malafaia que perguntou pelas actas das assembleias mais recentes pois a última que está no sítio é de 2008.

Explicou que é mariscador profissional e inscrito na Direcção Geral de Pescas e Agricultura, estando licenciado para apanhar percebes e mexilhões. Acontece que com aquele esgoto, ele e os outros mariscadores, vêem-se impossibilitados de exercer actividades da apanha desse marisco naquela zona. Explicou ainda que por lei todo o mexilhão for apanhado numa determinada área á volta do esgoto tem ir forçosamente a uma central depuração antes de ser vendido e a mais perto que existe é em Setúbal. Levar o mexilhão a Setúbal á central depuração, pagar um valor por cada quilo, voltar a Sines e vendê-lo sai demasiado caro, a não ser que haja um subsídio que cubra isto, ou que a entidade que lança aqueles líquidos ao mar tenha algum subsídio que cubra isto.

Lamento que as fotos do Sr. António Rui não tenham cheiro.

Presidente da Assembleia Municipal, explica em relação às actas 2009 até ao final do anterior mandato as actas estão elaboração e há alguns problemas estão em vias de resolução e pensamos que brevemente serão resolvidos e as actas serão colocada no sítio da Câmara Municipal de Sines.

Relativamente às actas de 2009, deste mandato temos aqui uma acta que vamos aprovar de seguida que é da Sessão Extraordinária Comemorativa do 24 de Novembro de 2009, e a outra em princípio de Janeiro na próxima Assembleia estará também. Foi de seguida cedida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para poder responder às questões colocadas pelos munícipes.

Referiu então o Sr. Presidente da Câmara, que a questão que o Senhor António Rui trouxe à Assembleia, quanto à drenagem das águas para o oceano sem tratamento não tinha conhecimento. Nas medidas para o ambiente e do GISA há muito tempo que o executivo procura soluções para as águas de lastro. Não imaginei que houvesse drenagem, ainda que ocasional, de águas para o oceano sem tratamento. Há poucos dias falando com os actuais responsáveis pelo terminal que são da GALP, questionei sobre este assunto porque a nossa posição é que estas águas de lastro deviam ser encaminhadas para a ETAR da Ribeira dos Moinhos e os responsáveis da GALP responderam-me que estavam a tratar de resolver o assunto.

Refere que APS também terá alguma coisa a dizer sobre isso porque essa instalação está no terminal petrolífero da Administração do Porto de Sines.

Não admitimos que haja situações com estas que acabaram de referir. Como esta questão foi posta na Assembleia decerto o Sr., Presidente da Assembleia ira dar sequência a esta situação e a Câmara também, uma vez que não é admissível e que a APS se queira sujeitar a estas situações.

O Presidente da Câmara agradece a informação e referiu que vão analisar. Refere ainda que é verdade que quando passa de carro naquele à um cheiro intenso com alguma frequência que virá das águas lastro ou de outra coisa, porque no estudo que estamos a fazer do GISA todas as fontes de poluição serão estudadas nomeadamente as operações de descarga dos navios que chegam carregados de crude. Dentro dos tanques dos navios à um espaço vazio que acumulam gases e que quando se iniciam os processos de descarga haverá alguma libertação de gases e essas coisas tem que ser estudada porque é uma instalação muito próximo da Cidade e que têm um impacto imediato na envolvente próxima da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N° 17/2009 Sessão Ordinária 28.12.09

Cidade. As águas de lastro há muito tempo que deviam estar directamente encaminhadas para a ETAR da Ribeira dos Moinhos.

Foi cedida de seguida a palavra, com autorização do Sr. Presidente da Câmara à Sra. Vereadora Cármen que referiu que não deu conhecimento ao município na altura das acções que foram desenvolvidas, mas fomos lá no próprio dia uma hora depois, com o chefe de divisão planeamento de urbanismo e ambiente que foi lá com um fiscal da região hidrográfica do Alentejo e já não se verificava a situação na altura daí que tenhamos solicitado as fotos ao Sr. António Rui. A amostra de água que foi entregue pelo Sr. António Rui não é suficiente e informou que o mínimo para poder ser analisado é de dois litros de água para determinação dos componentes que provavelmente se encontram na água.

Foi questionada ainda a ARH sobre a insistência de uma licença de descarga naquela instalação da ETAR que não existia para a APS que tem um regime jurídico específico e a GALP não tem ainda licença de descarga. Esta é uma situação que vamos acompanhar com a ARH que se prontificou dentro das suas competências a investigar as descargas e a questionar quem utiliza aquela estação sobre as necessárias licenças de descarga no oceano.

Foi novamente cedida a palavra ao Sr. António Rui Pimenta que explicou que á algum tempo atrás o filho lhe telefonou mas que estava em Lisboa e não pôde ir lá ver. Também lhe telefonou dia 14 de Dezembro de 2009 e estava a acontecer outra vez. Isto dura à muito tempo e fica abismado como é que isso é possível. Agora se vão à procura de saber quem é culpado ou não é culpado nunca mais à solução e é uma pena porque se está a poluir aquela zona, não se pode estar ali com o cheiro e água e da cor do sabão, isso está nas barbas, se è a APS então tem que resolver o assunto. Só fica admirado com o silêncio absoluto que existe em Sines.

Pedi novamente a palavra o Sr. Carlos Malafaia para explicar que para além do mexilhão também apanha perceves e os compradores, principalmente particulares perguntam onde foram apanhados, se nas amarelas ou no cabo de Sines porque os restaurantes comprem tudo. São intermediários e só querem ganhar o deles. Por vezes à pessoas que para vender tem que mentir.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Retomou a palavra perguntando se mais algum município desejava intervir e, não havendo, passou ao período de antes da ordem do dia.

Período de antes da ordem do dia

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal explica que na convocatória está inscrita a aprovação de actas, que como já referiu anteriormente temos a acta da Sessão solene de 24 de Novembro a qual não foi enviada por correio electrónico porque é muito extensa além de que vai ficar disponível no sítio do Município, na zona da Assembleia Municipal e o que esta acta tem são as presenças e ausências a essa Assembleia e os discursos, tal como foram entregues para a acta pelos oradores nessa assembleia em representação das diversas forças políticas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N° 17/2009 Sessão Ordinária 28.12.09

O Sr. Presidente da Assembleia perguntou aos Srs. Deputados se queriam comentar o assunto. Não havendo colocou à votação a aprovação da acta nº15/09 da Sessão Solene Comemorativa do dia 24 de Novembro de 2009, tendo sido aprovada por unanimidade.

Pediu a palavra o Sr. Deputado Eduardo Pires que informou que o Movimento Sim trás a esta Assembleia uma moção de solidariedade para com os trabalhadores da firma Mossines – Cimentos de Sines SA, tendo entregue a referida moção que ficará apensa a esta acta, após proceder à sua leitura a todos os presentes.

Pediu a palavra o Sr. Carlos Silva, que referiu que a bancada do PS apoia essa moção e lamenta profundamente que haja este aproveitamento de algumas empresas relativamente á situação de crise que são traumáticas para os trabalhadores que ficam no desemprego mas também aqueles que terão que alterar radicalmente a sua vida para ter o seu posto de trabalho pelo que tem a nossa solidariedade

O Sr. Presidente da Câmara, explicou que foi contactado pelos trabalhadores e tiveram uma reunião a semana passada onde lhe deram a perspectiva do encerramento desta unidade e da sua deslocalização para Loulé, invocando lógicas da empresa. Estão aqui várias questões em causa sendo a primeira os trabalhadores pois esta empresa tem dez postos de trabalhos directos e o dobro mais ou menos de indirectos. Eles “cuidarão” dos trabalhadores que tem vínculo com a empresa e os outros ignorarão simplesmente. Essa é uma questão grave mas outra de não menos importância é acabar com uma empresa em Sines.

Vieram (a empresa) à Câmara que foi diligente como é seu dever, quando entende que os projectos são bons, no sentido de acelerar os processos e os procedimentos e a empresa instalou-se e começou a laborar. Esta empresa como sabem labora a partir do clinker e estava com uma produção de cerca de 700 toneladas por mês, tudo para exportação e não à ou havia problemas de mercado.

O que se passa, se estiveram atentos à comunicação Social a nova Cimpor, os seus administradores, os seus negócios tem lógicas que alguns administradores dizem que esta unidade deve encerrar, desmantela-la e recoloca-la em Loulé e nem sequer dão azo a que haja outra empresa possa adquiri-la, porque ela não tem dificuldade de mercado e nem de funcionamento.

Recebi os trabalhadores, contactei com a União dos Sindicatos, tivemos uma reunião e esta questão deve ir a Assembleia da República inclusivamente. Entretanto falei hoje com AICEP e eles deram-me a entender que não conheciam a questão. Eu não me conformo com isto e deve-se procurar enquanto à tempo uma solução. A administração da empresa deve esclarecer as razões porque encerra, desmantela e deslocaliza pois a empresa é pequena mas era importante para Sines. Para diversificar a actividade económica eu, Presidente da Câmara não entendo, como nenhum dos senhores certamente também, não temos dados que nos habilitem a entender como isto se passa. Sei que tem poucos trabalhadores é verdade, mas é importante e não devemos ficar de braços cruzados apesar de que eu creio que esta moção seja aprovada pela Assembleia.

O Presidente da Assembleia, perguntou aos Srs Deputados se querem usada da palavra sobre este assunto e, não havendo colocou à votação a moção.

Foi aprovada por unanimidade a moção apresentada pelo Movimento Sim, sobre o encerramento da empresa Mossines.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N° 17/2009
Sessão Ordinária
28.12.09

Retomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia e após questionar novamente os deputados sobre a sua intenção de intervir neste período de antes da ordem do dia, o que não aconteceu, informou que se iria entrar na ordem do dia.

Ordem de Trabalhos

Ponto 1 - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Sines, para lançamento da taxa da Derrama, a aplicar ao IRC a cobrar em 2010.

O Presidente da Assembleia perguntou se todos os deputados receberam o documento relativo à proposta aprovada pelo executivo, sendo confirmado que todos têm conhecimento do documento.

Pedi a palavra o Deputado Sr. Carlos Silva que referiu que no final de 2008 se aprovou na Câmara Municipal, esta nova medida de isenção de derrama aplicada com receitas de negócios inferior a 150.000.00€. Na altura foi aprovada com o apoio do PS e também evidentemente que é essa posição que hoje mantemos e concordamos inteiramente com a proposta, que mantém a mesma actualidade que há um ano atrás.

Sr. Deputado João Madeira, do Bloco de Esquerda fez duas propostas em relação esta ordem de trabalhos, sobre a percentagem de participação do Município na Colecta de IRS de 2010, e sobre a taxa de derrama a aplicar ao IRC em 2010, foram discutidos e analisadas as propostas e os documentos ficam apensos à acta.

Sr. Presidente da Assembleia cedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que explica aos Srs Deputados que estamos num quadro de crise económica do País, crise financeira da Câmara a questão que deve ser discutida e ponderada é a justiça dos métodos das receitas e para aquilo que elas servem. Nos países desenvolvidos pagam imposto e em princípio os cidadãos verificam que vale a pena pagar imposto quando o estado os compensa com obras.

No Município de Sines a actividade económica fundamental é a indústria e os serviços e particularmente a grande indústria e as grandes empresas. A derrama, como sabem, é uma participação pequena do IRC das empresas, é uma colecta daquilo que é o resultado dos lucros das empresas. No que respeita a Sines temos previsto, como viram nos documentos uma receita de dois milhões de euros de derrama, sendo cerca de 90% das grandes empresas. As pequenas e médias empresas tem uma participação inexpressiva na derrama pelo este estudo que fizemos á pouco anos e temo-lo mantido actualizado.

Em vias disso, tendo em conta a crise de algumas pequenas e microempresas, entendemos que se devia isentar as que têm lucros abaixo de 150.000€, é uma medida sensata referiu.

A Proposta do Sr. Deputado João Madeira é, provavelmente por não conhecer a realidade de Sines, uma proposta que viria lesar o município e por vias disso os munícipes, porque a Câmara para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N° 17/2009 Sessão Ordinária 28.12.09

prestar serviços, esta ou qualquer outra Câmara, tem que ter receitas as quais ou vêm directamente do Estado ou vêm dos impostos, neste caso por uma via creio que consensual.

A questão que se coloca, ou que se devia colocar e que não tem resposta é se há um apuramento efectivo dos lucros das empresas, porque se houvesse estava convencido estávamos todos bem, isto é se todas as entidades pagassem os devidos impostos o país estava diferente. Neste caso concreto não é por acaso que o Município de Sines aparece num ranking de um estudo da Universidade das Beiras num patamar muito elevado da chamada qualidade de vida porque há aqui efectivamente em Sines, oferta de serviço para a população, desde creches, pré-escolas, transportes, oferta cultural e solidariedade social que não é generalizada, assim como o apoio a colectividades em outros municípios.

Daí que entendemos que esta proposta se ajusta à realidade e que os senhores deputados devem assumir as vossas responsabilidades. Creio que a solidariedade entre os dois órgãos, que devem viver em conexão, é claro que cada um no seu papel, a Câmara no exercício do desempenho da gestão e a Assembleia na fiscalização, mas sem ignorarem a realidade que está à nossa frente.

O Sr. Presidente da Câmara pede que aprovem esta proposta que é absolutamente ajustada e necessária para o desempenho da Câmara.

Foi de seguida cedida a palavra o Sr. Deputado João Madeira, que respondendo ao Sr. Presidente disse que o que este referiu aponta para um quadro de cento e noventa empresas que não conseguiu perceber nos documentos porque os sinais não são iguais, não sei qual é o sinal maior e o menor, de qualquer maneira a relação entre empresas com mais ou menos 150.000€ está na ordem de 190 empresas para as 254 que dá um quadro diferente da aquele que o Sr. Presidente refere, segundo o qual apenas haveria uma maioria de grandes empresas com volume de negócios inferior a 150.000€. Não é de facto essa a realidade, é facto que não existe um estudo detalhado sobre esta estrutura porque isto provavelmente, é nossa convicção, que iriam para uma faixa intermédia e é aqui que baseamos e apresentamos esta proposta. Esta tem um valor fundamentalmente simbólico, porque ela apresenta em termos uma diminuição de receitas municipais, tais como são apresentadas em orçamento, uma redução na ordem dos oitocentos e trinta e dois mil euros. Se fosse a 1,5% seria os dois milhões e tal que foram referidos e se fosse 1,3% seria um milhão e novecentos mil euros e a diferença seria na ordem dos duzentos e setenta e dois mil.

Não nos estamos a referir a números fundamentais das receitas em termos municipais mas a um sinal que o nosso ponto de vista teria ser dado em relação a esta faixa intermédia e estamos convictos que existe e está entre os cento cinquenta mil e o volume de negócios mais elevados e esses sim são das empresas.

O Sr. Presidente da Assembleia sugeriu que fizessem para uma pausa para analisarem a proposta que foi apresentada pelo Sr. Deputado João Madeira do Bloco de Esquerda.

Pediu a palavra e foi cedida ao Sr. Deputado Carlos Silva que referiu que se a proposta do deputado do Bloco de Esquerda fosse aprovada o orçamento da Câmara não podia ser aprovado porque a verba da proposta do Bloco de Esquerda reduzia já o valor orçamental e portanto o orçamento já estava em causa e os documentos já não representavam o orçamento apresentado pelo executivo. Não sabe se do ponto de vista formal é correcto estarmos aqui analisar propostas que ponham em causa o orçamento da Câmara.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N° 17/2009 Sessão Ordinária 28.12.09

O Sr. Presidente da Assembleia refere que qualquer proposta que é feita por um deputado municipal para ser submetida à aprovação da Assembleia tem que ser considerada. O Sr. deputado Carlos Silva tem razão mas não podemos deixar de considerar a proposta do Bloco de Esquerda e se ela for aprovada implica o que o Sr. Carlos Silva referiu.

O Sr. Deputado João Madeira pediu a palavra e referiu que a seguir este tipo de raciocínio o que iria acontecer é que qualquer bancada da Assembleia Municipal face a uma proposta da Câmara não teria capacidade de apresentar alternativas em pontos que são pontos apresentados isoladamente por força de lei.

A Sra. Vereadora Marisa Rodrigues pediu a palavra, para esclarecer que o valor que consta no orçamento é o valor da média que dos últimos vinte e quatro meses, conforme resulta da lei, não sendo portanto o valor, digamos, que tem em conta uma determinada taxa, é um valor que resulta dessa mesma média. Respondendo à primeira questão que foi colocada pelo Sr. Deputado João Madeira, tem a ver com os timings de apresentação destas propostas. De facto a proposta do IMI foi apresentada e discutida na Assembleia com carácter de urgência num quadro algo complexo uma vez que tivemos o processo eleitoral, porque tínhamos que comunicar esse valor até 30 de Novembro 2009, ao passo que o valor de IRS e da derrama apenas tínhamos que comunicar até 31 de Dezembro 2009.

Entretanto muitos Municípios não devem ter conseguido aprovar em Assembleia a taxa do IMI e o prazo foi prorrogado, mas à data que foi discutida na Câmara e enviada para a Assembleia ainda não tinha conhecimento disso. Relativamente à discussão da proposta o reflexo não é directo no orçamento, porque de facto as contas são feitas pela média dos últimos vinte e quatro meses. A questão que eventualmente se poderá colocar é, sendo submetida à aprovação da Assembleia sobre proposta da Câmara Municipal, parece que á partida ficaria aqui a faltar um passo, ou seja a Câmara Municipal o que aprovou é a proposta que aqui trouxe e pode ser rejeitada pela Assembleia Municipal. Neste caso a Câmara Municipal teria que rever a sua posição. Parece-me que saltar directamente para outra coisa de ponto de vista jurídico não será correcto, mas é também uma opinião formulada neste momento.

O Sr. Deputado João Madeira pediu a palavra para lembrar que a proposta de abaixamento da derrama em relação aos valores máximos permitidos por lei como foi o caso da taxa de 1,3% que propõe foi a de há dois anos da Câmara Municipal de Grândola. Em segundo lugar fala-se das grandes empresas mas eu admito isso mesmo a história dos sinais de recomendação que vêm aqui que as que em maior volume de negócios são as que estão aqui em menor número resultando cento e noventa empresas e não duas ou três grandes empresas de Sines.

O Sr. Presidente da Câmara diz que analisando em concreto, os outros exemplos servem para quem tem os seus valores. Grândola e Alcácer não têm muitas indústrias e podem diminuir, é inexpressivo, nós aqui precisamos de receitas e elas vêm das grandes empresas. Depois há médias empresas em Sines que não estão em crise. A Câmara não publicará mas poderá disponibilizar aos Srs. Deputados aquilo que são as participações do IRC do conjunto de empresas de Sines.

Solicitámos essa informação à Secretaria do Estado do Tesouro e portanto estamos a falar de coisas que não são inventadas. Eu entendo a oposição e particularmente o Bloco de Esquerda na sua onda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N° 17/2009 Sessão Ordinária 28.12.09

de pureza e de defesa de uma determinada camada, passo a expressão “é porreiro” para determinada oposição que lava as mãos não se preocupando se corre bem ou se corre mal. Os senhores deputados devem exigir da Câmara é contas sobre a sua execução, sobre a utilização dos dinheiros. Este montante é indispensável para o exercício das funções da autarquia e para os sineenses e é um escândalo estar dar dinheiro às grandes empresas e a retirá-lo de Sines. Creio que o Sr. deputado João Madeira não estará muito sensibilizado com isto porque senão creio que teria algum cuidado no que está a propor.

Peço aos Srs. deputados que assumam as vossas responsabilidades no que respeita aquilo que é importante, substancial para o Município neste momento e é a proposta da Câmara que é absolutamente sensata e justa.

A Sra. Deputada Josefina Andrade refere que independente da proposta da Câmara, se é justa ou injusta ou se é importante, se um deputado desta Assembleia apresentou uma proposta, nós temos obrigação de dizer se aceitamos ou se a rejeitamos, ou então o Bloco de Esquerdo ou a CDU ou outra qualquer não tem hipótese de apresentar propostas, porque a Câmara já tem sua proposta e acabou. Portanto as coisas não são e não devem ser assim e esta é a minha opinião.

A Sra. Deputada Helena Sales refere-se a esta questão dizendo que ninguém diz que não se aceita a proposta do Sr. Deputado João Madeira, porque já estamos a discuti-la, a questão aqui prende-se com aquilo que é efectivamente competência nossa ou não. Têm que ver com uma proposta da Câmara, antecedida por deliberação em Sessão de Câmara que é o processo normal. Imaginemos que estamos a discutir o ponto 3, já estamos a fazê-lo, não podemos aceitar este valor acima da Câmara sem se dar esse passo, como a Sra. Vereadora Marisa referiu. Há um órgão que é a Câmara que terá de deliberar antes da Assembleia para uma nova proposta, nova resolução, do novo valor. Há aqui um impasse. E se houver dúvidas temos que tira-las!

O Presidente da Assembleia esclarece a Sra. deputada Helena Sales, que não há aqui nenhum impasse. O órgão que delibera e torna eficaz qualquer destas decisões que tem a ver com aspectos fiscais é Assembleia Municipal. A proposta vêm da Câmara mas qualquer que ela seja é a Assembleia Municipal que decide se aceita ou não. Se não aceitar essa proposta volta para a Câmara, que irá atender ou não aquilo que é proposto pela Assembleia Municipal. Se atender aquilo que é proposto pela Assembleia Municipal muito provavelmente quando aprovada pelo executivo e voltar a ser submetida à Assembleia Municipal será aprovada. Se não atender muito provavelmente voltará a não ser aprovada. Portanto, neste caso concreto, sendo a Assembleia o órgão deliberativo que torna esta acção eficaz ou não eficaz, vai ter que resolver a situação.

O Sr. Deputado João Madeira pediu a palavra para referir que é bom em termos do debate que se trava aqui que não se venha a invocar, como aqui foi repetidamente feito, que desconhece que não tem responsabilidade para, que se está a roubar dinheiro aos sineenses e coisas deste género. Estamos a falar neste caso concreto e a apelar no sentido do bom desenvolvimento deste e de outros debates que não fossem esses os argumentos utilizados. Queria recordar, só para terminar, que estamos a falar de uma redução de receitas da ordem dos duzentos e noventa dois mil euros do orçamento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 17/2009 Sessão Ordinária 28.12.09

A Sra. deputada Helena Sales refere que para quem teve um chavão muito forte na sua campanha de tentar utilizar a questão financeira da Câmara, duzentos e tal mil euros é muito dinheiro para os sineenses, portanto acho que não há muita coerência nesse discurso.

O Sr. Deputado Ferreira da Costa, interviu dizendo que a Assembleia Municipal pode aprovar ou rejeitar a proposta da Câmara mas não pode aprovar uma proposta do Bloco de Esquerda como sendo para introduzir no orçamento na Câmara Municipal de Sines. Só sob proposta da câmara pode aprovar ou rejeitar essa proposta. Quer dizer que a aprovar a proposta do Bloco de Esquerda estaria a rejeitar o orçamento da Câmara, a assembleia não pode aceitar a proposta do Bloco de Esquerda e introduzi-lo no orçamento da Câmara.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal refere que não havendo mais intervenções irá colocar à votação a aprovação ou não da proposta da Câmara Municipal para o lançamento da derrama para 2010. Informou ainda que se a proposta da Câmara for aprovada, estará rejeitada a proposta do Bloco de Esquerda. Se a proposta da Câmara for rejeitada será submetida à votação a proposta do Bloco de Esquerda que, a ser aprovada, servirá de recomendação para a Câmara refazer a sua proposta.

Colocada à votação a proposta para lançamento de derrama apresentada pelo executivo da Câmara Municipal de Sines, foi aprovada por maioria, com dez votos a favor do SIM, oito votos a favor do PS, um voto contra do BE, três abstenções da CDU e uma abstenção do PSD.

Pediu a palavra e interviu o Sr. Deputado João Madeira para solicitar à Mesa da Assembleia que fosse avaliada juridicamente a questão que foi levantada porque ela é muito importante para o futuro.

Após a votação o Sr. Deputado João Damas, pediu a palavra para questionar se o que acabámos de votar foi a proposta da Câmara relativamente à derrama para 2010 e pediu explicações sobre o que sucede à proposta do Bloco de Esquerda. Questionou ainda se a Assembleia não pode por sua iniciativa apresentar propostas sobre matéria fiscal que mude os seus procedimentos. Com base neste documento perdemos aqui muito tempo e o que tivemos a discutir não vale nada.

O Sr. Presidente da Assembleia explicou ao Sr. Deputados João Damas que a proposta apresentada pela Câmara foi aprovada e por conseguinte não se justifica colocar à votação outra proposta. Esta discussão serviu para algo que o Sr. Deputado João Damas referiu anteriormente que foi o esclarecimento, a discussão e a análise da proposta e dos documentos pelo que estamos todos mais esclarecidos. De facto a questão é que se a proposta da Câmara foi aprovada naqueles moldes não faria sentido submeter à aprovação a proposta do Bloco de Esquerda, porque ela era contrária ao que foi proposto pela Câmara. Obviamente que se a proposta da Câmara fosse rejeitada, como referido em devido tempo, teríamos que ir analisar a do Bloco de Esquerda para que fosse apresentada como recomendação à Câmara.

O Sr. Deputado João Madeira referiu que percebe o sentido que decorre da metodologia utilizada. No entanto se todas as forças politicam estiverem em pé igualdade para poder fazer face às propostas apresentadas pelo executivo e aqui apresentarem propostas alternativas, a proposta seria votada. Percebemos o sentido e provavelmente na prática isto não significaria nenhuma alteração. Mas aqui a questão é de metodologia e que carece do esclarecimento jurídico.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N° 17/2009 Sessão Ordinária 28.12.09

O Sr. Presidente da Assembleia voltou a explicar que a proposta da Câmara foi apresentada e explicada em devido tempo. De facto e na hora que fossemos votar a proposta que foi apresentada pela Câmara ao ser aprovada naturalmente que implicava a rejeição da outra. Os Srs Deputados tiveram em devido tempo a oportunidade de votar contra a proposta da Câmara para que a outra proposta fosse posta á consideração. Isto foi o que se disse. Portanto não se quis aqui minimizar qualquer proposta ou tentar diminuir a participação democrática nesta Assembleia, porque a proposta foi apresentada e discutida e todos se puderam pronunciar sobre ela. Penso que este tipo debate independente do resultado a que se chegou foi importante para aquilo que se falou, temos que aprofundar a nossa democracia temos que falar, temos que alertar a Câmara para os pormenores que são importantes e que os partidos poderão defender no futuro.

2 - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Sines para a fixação da percentagem de participação do Município na colecta de IRS de 2010.

O Sr. Presidente da Assembleia dá início ao segundo ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra aos Srs Deputados.

O Sr. Deputado Carlos Silva salientou que no ano passado o Partido Socialista propôs ao executivo, com a maioria então vigente, que houvesse uma redução da taxa máxima de IRS que era 5% o que na altura não foi aceite. Este ano apesar da redução das receitas fiscais para o município o executivo aceitou a redução para 4,5% o que é, a nosso ver, um bom sinal que esperamos possa no próximo ano ser reforçado. Não é um valor significativo mas é uma alteração de circunstâncias que deve ser aqui assinalada.

O Sr. Deputado João Madeira passa a ler a proposta do Bloco de Esquerda, sobre a percentagem de participação do Município na colecta de IRS de 2010. O documento fica apenso à acta, tendo sido distribuídas cópias a todos os deputados.

O Sr. Deputado Ferreira da Costa referiu que ainda bem que estamos aqui, que temos deputados novos e alguns munícipes, e não está só o Sr. Manuel Lança. Eu quase aceitaria a proposta do Sr. Deputado João Madeira se fosse apresentada na Assembleia da República, de facto a justiça social, apoio aos trabalhadores, mas isto é uma autarquia. Aliás quando isto foi proposto nós criticamos, a CDU criticou e quando passou a ser os 5%, variável as Câmaras tiveram que aguentar o ónus deste presente envenenado do Governo para as Câmaras Municipais, aquelas que quisessem dar um brinde.

As Câmaras maiores deste país, Lisboa e Porto mantêm os 5%, não é assim que deve ser feita justiça social é de outra maneira. Agora cada Câmara Municipal vai dar uma esmolinha, a quem? Por bondade e generosidade o Bloco de Esquerda acha que para a Câmara Municipal quinhentos mil euros não é muito. Se calhar é mais que a contribuição que Câmara tem para construir a Escola Vasco da Gama, logo neste caso a Câmara não constrói a escola porque não tem os quinhentos mil euros, a escola fica adiada. Esta facilidade de propor a redução das receitas é quase imoral.

O Sr. Presidente da Câmara pediu a palavra para explicar que esta questão se enquadra nas chamadas leis das finanças locais. Nesta última década os governos, em especial o PSD e PS,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N° 17/2009
Sessão Ordinária
28.12.09

tentaram artimanhas de resolver os problemas das finanças das autarquias através de impostos locais. Isto que estamos aqui a discutir seria diferente se as leis das finanças fosse outra coisa e então vêm estas do IRS e outras. Devo dizer-lhe que este Município é substancialmente prejudicado nisto porque o maior volume de IRS de pessoas que trabalham aqui, não são colectadas aqui, e vivem noutras terras como Santiago.

Salientou que já percebeu que o Sr. Deputado João Madeira navega noutras esferas. Se o IRS fosse colectado naquilo que é resultado do trabalho deste Município seria outra coisa mas não é. Estamos aqui a falar de uma receita que é importantíssima para a Câmara pois a colecta do IRS rondou os quinhentos mil euros, para o Sr. Deputado tanto faz, já estamos aqui em quinhentos e quarenta e dois e depois soma-se um milhão e tal. Isso não interessa nada para si!

A Câmara tem que aguentar as despesas correntes e tem que prestar serviço à população, não sei se está preocupado com isto mas também vou deixar de me dirigir a si porque lhe causa algum incómodo.

Estamos aqui a ver a questão deste Município e esta redução que já de si representa uma diminuição de receita de cinquenta mil euros é muito dinheiro para a Câmara. Se o quisermos reflectir nos apoios às colectividades e a outros serviços é dinheiro, é mesmo dinheiro, mas para alguns responsáveis que estão na oposição tanto faz. É um sinal, mas qual sinal? O que interessa é que esta proposta seja aprovada para o funcionamento normal da Câmara, o esforço que é necessário fazer-se para conter despesas e melhorar a gestão. É fundamental que se aprove esta proposta.

O Sr. Presidente da Assembleia, referiu que as propostas do Bloco de Esquerda foram atendidas e perguntou ao Sr. Deputado João Madeira se não foram todos os partidos da oposição consultados relativamente ao direito de serem ouvidos sobre estas matérias e sobre o orçamento?

Respondeu o Sr. Deputado João Madeira que o Bloco de Esquerda foi ouvido.

O Sr. Presidente da Assembleia, perguntou se os Srs. Deputados se queriam usar da palavra e, não havendo informou que se iria passar à votação da proposta que foi apresentada pelo executivo, ou seja a fixação da percentagem de participação do Município na colecta de IRS para 2010 em 4,5%. A Proposta do Bloco de Esquerda apresentou é de 2,5%. Se a proposta da Câmara for rejeitada iremos debater esta proposta do Bloco de Esquerda.

Colocada à votação a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, tendo-se registado a seguinte votação: votaram a favor dez deputados do SIM, oito votos a favor dos deputados do PS, um voto contra do deputado do BE, abstiveram-se os três deputados da CDU, e o deputado do PSD.

3 - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Sines para a revisão orçamental n°01/2009.

O Presidente da Assembleia, perguntou aos Srs. Deputados se querem comentar esta proposta de revisão orçamental. Não havendo comentários passou-se à votação.

A proposta de revisão orçamental n°01/2009 foi aprovada por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N° 17/2009
Sessão Ordinária
28.12.09

4 - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Sines das Grandes Opções do Plano 2010-2013, do Orçamento para o Ano 2010 e do Plano Plurianual de Investimentos 2010/2013.

O Sr. Presidente da Assembleia, questionou os Srs. deputados se seria de falar nas grandes opções do plano 2010/2013 e depois no orçamento e plano plurianual de investimentos, porque as grandes opções podem ser aprovadas ou não e o orçamento também pode ser aprovado ou não.

Sr. Deputado Ferreira da Costa, refere que não há problema em ser discutido em conjunto e a votação seja separada, sendo aceite pelos restantes deputados que não se opuseram.

O Sr. Presidente da Câmara dirigiu-se ao Presidente da Assembleia referido que seria positivo uma apresentação simples do enquadramento destes documentos.

O Sr. Presidente da Assembleia, baseado na proposta do Sr. Presidente da Câmara colocou à consideração dos Srs deputados se concordam que a Câmara faça previamente uma exposição destes documentos no sentido de clarificar alguns pontos que talvez nos ajudem a perceber melhor e depois passar-se à discussão. Ninguém se opôs, pelo que foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que procedeu à leitura do documento que a seguir se transcreve.

Após discussão com as forças políticas e Juntas de Freguesia estes documentos foram apreciados, e aprovados na reunião de Câmara (21 de Dezembro).

Como é referido na introdução aos documentos aqui apresentados, eles traduzem a nossa visão estratégica para o território e centros urbanos no contexto Local, Regional e Nacional.

As linhas de orientação estratégica e o plano de actividades para 2010 têm em conta estes contextos, a situação económica e financeira nacional e local.

Situemo-nos nos contextos Local, Regional e Nacional.

Sines é, por nós considerado, um pólo de âmbito e interesse nacional, pela dimensão e importância dos equipamentos instalados em terminais portuários; Plataforma Industrial e Logística; potencial turístico e piscatório e um futuro de desenvolvimento sustentado, tendo em conta os recursos naturais e endógenos e o seu grande potencial de utilização.

No contexto Regional

Sines será um pólo de indução do desenvolvimento do Litoral e de todo o Alentejo.

No Contexto Nacional

Sines é já um centro de produção de bens essenciais ao País e um pólo com uma contribuição decisiva no PIB; nas exportações e na balança económica nacional futura.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 17/2009 Sessão Ordinária 28.12.09

É neste âmbito que desenvolvemos a nossa visão do território e as estratégias para conseguirmos atingir os objectivos de desenvolvimento e sustentabilidade.

O Plano e Orçamento para 2010 traduzem a vontade de aproveitar as oportunidades do actual Quadro Comunitário (QREN) para a realização de obras fundamentais à valorização do território e ao desenvolvimento de Sines, em acessibilidades, infra-estruturas de saneamento (águas, esgotos domésticos) novas escolas, equipamentos desportivos, qualificação urbana, e têm em conta a situação financeira da Câmara e a crise económica do País.

Este quadro obriga-nos a fazer opções em prioridades de investimentos e aplicar medidas de contenção de despesas, com a introdução de novos processos de racionalização da gestão corrente e estratégica; objectivos de poupança e ganhos de eficiência de gestão, particularmente na gestão de Recursos Humanos e Gestão Financeira, com os objectivos de reduzirmos encargos financeiros; melhorarmos a gestão e a eficiência no desempenho e prestação de serviços.

Estamos no início de um ciclo político local e nacional. E, aproveitando as oportunidades deste novo ciclo pretendemos desenvolver processos na realização de investimentos em obras estruturantes e de proximidade.

Nos investimentos estruturantes temos como opções prioritárias:

1 – Educação, Ensino e Formação Profissional

- Continuar o ciclo de construção de Novas Escolas:
- Escola Integrada junto ao Vasco da Gama com 10 salas de aulas do 1º ciclo e 4 salas de pré-escolar
- Escola integrada de Porto Covo com 4 salas de 1º ciclo e 3 salas de pré-escolar
- Criar novas instalações para a formação profissional – na ZIL 2 em parceria com o CENFIM (Centro de Formação Profissional)
- Criar condições para a instalação da Escola Tecnológica na cidade de Sines
- Desenvolver o Sines Tecnopólo nas suas ligações às Universidades e Politécnicos; ao ensino e formação profissional, à criação de empresas.
- Concretizar as instalações do novo Centro de Investigação da Universidade de Évora em Sines, em parceria com a Universidade de Évora, APS e Câmara

2 – Acessibilidades/mobilidade urbana:

- Nova Estrada de Porto Covo;
- Nova Avenida da Costa do Norte – com 3 km de extensão.

3 – Ambiente e saúde – saneamento básico e urbano

- Execução do novo projecto de captação e distribuição de água de consumo humano, a Sines e Porto Covo; do novo sistema de esgotos e respectivo tratamento.
- Criar condições para a construção do novo Centro de saúde em Sines e sua extensão em Porto Covo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 17/2009 Sessão Ordinária 28.12.09

4 – Qualificação dos Centros Urbanos:

Cidade de Sines

- Projecto e obras de regeneração urbana no Centro Histórico de Sines; Avenida Da Praia e falésia.

Porto Covo

- Conclusão do Pavilhão Multiusos
- Execução do novo campo de Futebol de 11
- Construção do grande jardim Público e campo de jogos – futsal e futebol de 11 - no âmbito do acordo da Câmara Municipal de Sines com a empresa Terras de Manique
- Qualificação dos apoios de praia e frente marítima – no âmbito no Polis do Litoral
- Centro de Dia em parceria com a Associação a GRALHA

5 – Iniciar obras da Cidade Desportiva de acordo com verbas disponíveis para a primeira fase do projecto.

6 – Turismo

- Garantir a execução do arruamento entre a nova Avenida Costa do Norte e a Cova do Lago - praia Costa do Norte.
- Garantir o novo parque de campismo da cidade de Sines
- Proporcionar condições para o desenvolvimento da construção de alojamentos hoteleiros em Porto Covo e em Sines.

7 – Concluir a revisão do PDM e do seu impacto no desenvolvimento de actividades turísticas; industriais e de serviços.

8 – Dar início à elaboração do Plano Estratégico da Cidade de Sines.

Obras de proximidade:

- Novo arruamento entre o caminho do encalhe e a rotunda da Avenida da Praia.
- Intervenções nos campos de jogos do Estádio Municipal
- Recuperação campo Jogos Baixa de S. Pedro;
- Intervenções na ZIL – 2; Bairro 1º de Maio; Bairro Soeiro Pereira Gomes; Rua da Floresta.
- Apoio à Cercisiago para construção do novo Centro em Sines
- Casa Velório - Porto Covo
- Reforço de abastecimento de água a Porto Covo
- Realização do FMM em Sines e Porto Covo
- Apoios/Parceria para a realização do Carnaval de Sines
- Manutenção de apoios às Associações colectividades e instituições:
- Nas áreas dos Desportos, cultura e artes e solidariedade social



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N° 17/2009 Sessão Ordinária 28.12.09

- Apoio às pequenas e médias empresas; às Associações de Armadores e Pescadores
- Cooperação com Juntas de Freguesia de Sines e Porto Covo
- Consolidação do projecto Escola de Artes – serviço da música

A par destas propostas e projectos; investimentos e acções reiteramos a nossa disponibilidade, interesse e vontade em gerar entendimentos com as forças políticas que queiram trabalhar na procura das melhores soluções e convergências para a melhoria contínua da gestão autárquica e a geração de progressos para Sines.

Pela sua importância e pertinência os documentos e as propostas apresentadas devem merecer a vossa aprovação.

Antes de dar a palavra aos Srs. Deputados o Sr. Presidente da Assembleia colocou ao executivo a seguinte questão sobre o orçamento: há uma condição nos documentos que diz que se Assembleia aprovar este documento, vai autorizar também a Câmara a contrair empréstimos até ao valor máximo permitido por lei, considerando o limite de endividamento.

Existe uma dúvida que é a seguinte: de acordo com o que está definido na lei todos os pedidos de autorização para contratação de empréstimos apresentados pela Câmara Municipal devem ser obrigatoriamente acompanhada de informação sobre as condições praticadas em três instituições de crédito bem como o mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município e consequentemente ser sujeito à aprovação da assembleia. Refere que ao aprovar essa autorização no orçamento se a Câmara necessitar do empréstimo e apesar de ter autorização se tiver necessidade contrair esse empréstimo, se ele vêm à aprovação da assembleia nestas condições ou não.

A Sra. Vereador Marisa Rodrigues esclareceu os Srs. Deputados que a autorização para a contratação de empréstimo até ao limite é uma autorização digamos que é incorporada na aprovação destes documentos provisionais. Depois quando a Câmara efectivamente vier a contrair estes empréstimos o contrato esse sim, tem vir à assembleia municipal para se pronunciar em concreto sobre o empréstimo e sobre as condições que o empréstimo for contratado, designadamente se é contratado nas condições mais favoráveis se foram consultadas várias instituições bancárias.

Abertas as inscrições usaram da palavra os Srs. deputados pela ordem seguinte.

O Sr. Deputado Francisco Venturinha referiu o que tem vindo acontecer ao longo dos anos, de votar contra o orçamento da Câmara e simultaneamente temos vindo a votar a favor o plano de actividades. O que nos parece tem a ver com alguma coerência e é por aí que quero dar a entender a nossa posição relativamente a isto. Reconhecemos claramente legitimidade à Câmara, reforçada em sufrágio. Não é nossa intenção não atender ao pedido do Sr. Presidente de aprovação destes documentos, mas queremos fazer alguns reparos relativamente à proposta e mantendo a linha de coerência que mantivemos ao longo dos últimos anos.

Relativamente ao plano de actividades tenho aqui a acta da última aprovação de 2008, em que nós dizemos muito claramente uma coisa muito simples, como sineense acredito claramente neste plano e com agrado desejaria ver o plano concretizado. Numa altura em que é de salientar a dificuldade financeira da Câmara este é também um bom ponto para falarmos do que a Câmara vêm dizer nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N° 17/2009 Sessão Ordinária 28.12.09

seus documentos. Que tem dificuldades financeira não é novidade nenhuma pelo menos para quem aqui está, e basta ver o endividamento da Câmara para percebemos isso.

Quando vi o Presidente da Câmara de Beja ficar espantado por a Câmara de Beja ter uma dívida de dezassete milhões, se viesse para a Câmara de Sines ficaria muito mais espantado. O Sr. Presidente da Câmara de Sines claro não fica porque também é o pai dessa criança e como tal se calhar terá que a embalar. Diria eu que esta questão é importante, este plano é audacioso, é bonito de se apresentar, as pessoas gostam de ouvir, eu fiquei muito satisfeito de ouvir o Sr. Presidente apresentar o seu plano, mas o que vamos concretizar desse plano? Em que parte ficamos desse plano?

Em relação ao orçamento continua com os mesmos defeitos ou com as mesmas virtudes, como queiram. Algumas pessoas vêem como virtude, eu vejo como defeito, deve ser um defeito meu também mas o orçamento de 2008 para 2009, tinha quarenta nove milhões e meio de euros, o orçamento para o ano 2010 tem quarenta e seis milhões e meio de euros, digamos que houve claramente uma tentativa de redução de três milhões e felicito a Câmara por esta tentativa. Mas continua aqui a questão da venda de terrenos. Em 2009 apresentaram catorze milhões e meio de euros de vendas, não sei se contabilizaram 20%, este ano continuam com oito milhões e setecentos de euros. Será que vai ficar sem vender nada outra vez? Se tal acontecer este plano vai por agua abaixo e não se consegue concretizar. É nesta questão que eu gostava houvesse mais realismo em relação a orçamentar situações que à partida se sabe não vão acontecer, não há mercado para isso e não é problema da Câmara é do mercado, por isso os documentos deviam estar de uma forma que se entendesse de uma forma mais real, mais objectiva. Nesta conjuntura reconhecemos a legitimidade da Câmara e a minha intenção e do PSD é aprovar o relatório de actividades e abstermo-nos em relação ao orçamento 2010 com a reserva que já disse.

Cedida a palavra ao Sr. deputado Carlos Silva passou a ler o documento que reflecte a posição do PS dizendo.

Estamos perante mais um plano de actividades e orçamento, embora este seja o primeiro deste executivo recém-eleito e deste novo ciclo autárquico.

No passado isolávamos sempre o Plano do Orçamento com a justificação, (nem sempre bem aceite ou entendida) de que o plano de actividades é apenas uma lista de acções, iniciativas ou projectos com a qual estamos certamente todos de acordo, pelo menos na generalidade, enquanto o Orçamento é, por excelência, um instrumento de gestão que marca o estilo e a forma como a câmara é gerida,

Ora estamos perante um Orçamento elaborado, é preciso reconhecê-lo, em muito pouco tempo e num momento de crise com reflexos muito negativos.

É a crise económica do país com reflexos também em Sines devido a uma certa retracção da actividade económica.

É a consequente redução da receita fiscal.

É o resultado da anterior gestão, feita com pouco rigor, pouco realismo e muito despesismo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N° 17/2009 Sessão Ordinária 28.12.09

Neste contexto, o Orçamento que nos foi apresentado, apesar dê conter alguns sinais no sentido da contenção da despesa, continua a enfermar de um certo artificialismo. Empolam-se receitas que se sabe, à partida, não serem realizáveis, para poder responder, a compromissos já assumidos e para garantir a implementação de projectos de candidaturas já aprovadas ou em vias disso, no âmbito dos Programas do quadro de referência estratégica nacional.

De realçar contudo, e pode ser um bom sinal, a redução de quase 17% na expectativa de receita da venda de bens de investimento (terrenos).

Já se sabe que situação financeira da câmara é muito difícil e é necessário imprimir novo rumo à gestão nesta área.

Numa linha mais realista em que o despesismo seja progressivamente eliminado, onde não caibam doses maciças de propaganda e de 'festins opulentos. Numa linha em que o vasto património de terrenos que a câmara dispõe seja colocado à venda por valores mais realistas e adequados ao momento de estagnação da actividade imobiliária que se vive. Podem estar algumas soluções para a grave situação actual.

Reconhece-se que o que há a fazer não é possível ser feito apenas no quadro do orçamento para 2010.

A nosso ver, é necessário introduzir reformas na gestão da Câmara Municipal que exigirão o envolvimento de todos, quer na formulação, discussão e aprovação das soluções quer na própria implementação.

Cumprindo uma obrigação legal, o direito de oposição o executivo apresentou às forças políticas representadas nesta Assembleia, a sua proposta de Plano de Actividades e Orçamento para 2010.

Estes são instrumentos essenciais a gestão tendo em conta o que dissemos antes, serão porventura os instrumentos possíveis.

Considerando pois, que se trata do primeiro orçamento apresentado pela força política que ganhou, de forma clara as eleições no passado mês de Outubro.

Considerando os sinais dados pelo executivo relativamente a uma mudança de rumo na gestão da câmara;

Assumimos a responsabilidade de viabilizar a aprovação dos instrumentos essenciais à gestão da Câmara, através do nosso voto favorável ao Plano de Actividades e do voto de abstenção em relação ao orçamento na expectativa de que o executivo melhore substancialmente a gestão e dê, na sua acção, sinais claros de rejeição de políticas que conduzem ao desperdício dos dinheiros públicos e ao agravamento da dívida.

De seguida falou o Sr. deputado Ferreira da Costa que referiu achar interessante que todos os deputados trazerem os documentos escritos. Assim podem tornar-se as reuniões mais eficazes e continuou lendo o documento que a seguir se transcreve.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 17/2009 Sessão Ordinária 28.12.09

Num novo quadro partidário é apresentado à assembleia municipal para discussão o orçamento municipal para 2010, e as grandes opções do plano 2010/2013.

O Movimento Sim, que em resultado das últimas eleições Autárquicas, das quais saiu como a força política mais votada e a vencedora das eleições, revê-se no documento da introdução às GOLOS. Considera que o executivo tem responsabilidades acrescidas procurará assumir e partilhar com as forças políticas, na Câmara e Assembleia Municipal as preocupações e a procura das melhores soluções e opções para a cidade e o Concelho, na perspectiva e de melhor servir e defender o interesse público e os Sineenses.

Os documentos apresentados e já aprovados em reunião de Câmara, demonstram a vontade de levar à prática o seu programa, correspondendo às expectativas dos Sineenses, mas também contemplam a contenção de despesas tendo em conta a situação actual e admitido até que no próximo ano podem não ser criadas condições mais favorável para as finanças das autarquias.

Não podem deixar de ser apresentadas as candidaturas ao QREN já aprovadas as quais, embora ainda tenham custos muito elevados para o município respeitam a projectos importantíssimos para Sines, e para o seu desenvolvimento futuro.

As propostas apresentadas pelo Executivo respeitam o Programa eleitoral e têm o acordo dos apoiantes do Movimento Sim, merecendo a sua aprovação e confiança para as levar à prática. Todas as forças políticas representadas na assembleia municipal foram ouvidas, e certamente saberão tomar a sua posição, tendo sempre em conta o interesse de Sines e dos sineenses.

A CDU que até hoje sempre têm tomado posições contrárias às posições defendidas pelos eleitos do Movimento SIM, sem razões que não sejam a nosso ver de retaliação, desejaríamos que tomassem posições futuramente mais construtivas. De facto as opções das GOP já foram aprovadas pela CDU no passado e as novas propostas mereceriam a sua aprovação se não persistirem na sua posição. O futuro e os sineenses saberão de certeza avaliar estas posições.

Por parte do movimento SIM sugerimos que tomem posições favoráveis, mas naturalmente que no futuro os sineenses saberão avaliar as posições de cada força política.

Falou de seguida o Sr. deputado João Damas, referindo que a bancada da CDU irá votar desfavoravelmente os dois documentos porque entendem que quer um quer outro documento não reflectem as actuais necessidades, quer dos sineenses quer da Cidade de Sines como tal não poderemos dar o nosso voto favorável a este dois documentos.

Tendo em conta que o Sr. Presidente da Câmara apresentou um orçamento dentro daquilo que foi apresentado aos sineenses no seu programa eleitoral, não foi nosso, como tal se na altura estivemos em campos opostos não é hoje que estaremos no mesmo campo, olhando para aquilo que é a realidade dos números e não das palavras que foram ditas, os números é que nos interessam.

Só um pequeno exemplo daquilo que é a diferença entre os números e as palavras que o Sr. Presidente fala aqui. A Câmara tem uma verba de cento e cinquenta mil euros para manutenção do complexo desportivo. Sabendo nós o estado de degradação em que está aquela instalação, acho ridículo meter no orçamento uma verba de cento cinquenta mil euros. Só se a verba fosse mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N° 17/2009 Sessão Ordinária 28.12.09

substancial de encher o olho se lhe juntasse as dívidas acumuladas dos anos anteriores aí já daria uns duzentos ou trezentos mil euros. Assim como no orçamento que é proposto, fiquem cientes, oito milhões são para pagar dívidas atrasadas e portando digamos assim que é dinheiro que podia servir para criar condições para os sineenses pudessem usufruir de uma cidade com ruas limpas, sarjetas limpas, iluminação um pouco melhor. Tudo será mais necessário hoje que cidades de desportivas que poderão ou não ter certas e determinadas condições para os nossos jovens e os nossos atletas que nos representam tão bem fora de Sines, pratiquem desporto.

Este orçamento para a realidade de Sines hoje, por os números que são apresentados, não encaixa na nossa decisão.

Como tal vamos votar desfavoravelmente e registamos também que a bancada do PS em 2008 tinha uma visão em relação ao orçamento apresentado. Se olharmos para o orçamento apresentado em 2009 tinha uma visão e chegamos a 2009 e vimos o orçamento apresentado para 2010, em linhas gerais a megalomania continua lá e há uma grande cambalhota da bancada do PS.

Em relação ao Sr. Deputado Ferreira da Costa não compreendo estas trocas baldrocas pois não sei se ele fala como de deputado se está a falar como assessor do Presidente, ou se faz as duas coisas ao mesmo tempo. Tenho uma certa confusão em relação a esta matéria mas a bancada da CDU dentro daquilo que é característico contínua, ou pelo menos tentamos, ser coerentes. O documento lido pelo Sr. Deputado da CDU foi entregue e será apenso à acta.

O Sr. deputado João Madeira, começou por dizer em primeiro lugar que estão dois documentos em discussão e assinalou três situações. A primeira é que os documentos são vastíssimos, consideravelmente complexos e exigem um esforço de análise e comparação que obrigam a muitas horas de trabalho que dificilmente é compatível com o estatuto não profissional que alguns deputados têm. Para mais foram apenas abordados em sessão de Câmara de 21 de Dezembro e entregues à Assembleia Municipal de modo a cumprir os cinco dias de regimento. Para mais com as festividades da época pelo meio não posso deixar de registar aqui uma nota crítica sobre isto. Como é que se pode em profundidade analisar este tipo documentos, absolutamente fundamentais para a vida do município em cinco dias de modo a que estejamos preparados. O que exigem de nós condiciona a qualidade da discussão e da decisão e por este motivo continuamos a dizer com nestas condições há um objectivo de desvalorização da assembleia municipal que é do actual ornamento jurídico do poder local.

A segunda é que queremos dizer mais, que no respeito pela democracia representativa se esqueça justamente aqui o funcionamento desta assembleia municipal. Na discussão dos documentos em apreço não vemos qualquer resquício do mecanismo de participação popular. A profundidade da democracia, a sua valorização e qualificação passam justamente do nosso ponto de vista por uma equilibrada e responsável articulação entre a democracia representativa e a participativa. Não nos referimos sequer ao orçamento participativo e podíamos referir-nos a ele, mas à necessidade de ouvir de modo a realizar as conclusões seja que modo for de modo que as actividades mais relevantes os projectos a médio e a longo prazo as prioridades orçamentais sejam resultado de uma obra colectiva mais democrática sublinhe-se mais democrática. Um novo ciclo tão anunciado, tão apoiado de uma dinâmica que levou aos resultados eleitorais que aqui se vê representado, não passa assim de retórica, palavras levadas ao vento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N° 17/2009 Sessão Ordinária 28.12.09

A terceira, indo directamente aos documentos, ao orçamento, às actividades mais relevantes, ao plano plurianual de investimentos, os documentos são os mesmos, desculpem mais do mesmo comparados com documentos semelhantes de anos anteriores não tanto com a forma ou nalguns casos, poucos, pelas acções propostas, mas principalmente pela orientação neles impressa de continuidade. Sei que alguns factores poderão ser abordados mais em detalhe, existe um optimismo orçamental com a previsão de receitas em boa medida irrealistas, incapacidade de traçar um plano real de contenção global de despesas com consequente agravamento da situação financeira, tendência para prosseguir na via do “tachatismo” tendência para continuar a vender o património para resolver problemas de tesouraria, um silêncio do problema ambiental que está envenenar gerações futuras.

Não posso deixar de concluir que as palavras do tempo novo para este mandato não começam da melhor maneira, mais uma vez mais do mesmo. Senão vejamos.

Em primeiro lugar a orientação expressa no orçamento mostra que caminhamos para o agravamento da situação do endividamento do município a informação financeira que se irá discutir em ponto próprio ainda que reportamos a 30 de Novembro aponta para um agravamento do endividamento em 6%, no espaço de um ano atingindo um incrível montante de vinte e seis milhões de euros. É verdade que se alterou a estrutura da dívida por via do pagamento quase compulsivo das dívidas aos fornecedores no valor de onze milhões de euros que implicou a redução do endividamento a curto prazo em mais de 50%, mas fazendo-o por recurso a empréstimo a duas instituições bancárias a quatro anos o que significa que aumentou o volume do endividamento de médio e a longo prazo para mais do dobro.

Isto aconteceu por uma via quase compulsiva porque o não pagando a dívida aos fornecedores iria implicar segundo a resolução 191-A/2008, do Conselho de Ministros, cito que cativação do orçamento do serviço do organismo do montante a efectuar por departamento do orçamento de Estado, nos termos a definir por decreto-lei isto é com repercussões dos montantes a transferir pelo governo em termos financeiros assim isto não representou sequer uma mudança de estratégia quanto à gestão da dívida por parte da vereação mas à contingência praticamente imposta que isso viesse acontecer. Mas como é que a amortização da dívida se reflecte no orçamento errado.

Propõe-se o pagamento de novecentos setenta mil euros de dívida a curto prazo que representa 12% do total da dívida a curto prazo. Parece que isso é assim por força da lei 2/2007 das finanças locais.

Para amortização a médio a longo prazo propõe-se uma verba de um milhão e novecentos sessenta mil euros, sendo que mais de 69% dessa verba quase um milhão e quatrocentos mil euros são obrigações decorrentes da adesão ao PRED o programa que determinou o pagamento das dívidas aos fornecedores. Isto significa para a amortização da questão do endividamento que representa mais metade do total da dívida a 30 de Novembro são questionados apenas seiscentos e cinquenta mil euros. Assim para além de imposta pela lei que plano e amortização se prevê?

Quanto à dívida do município só paga o mínimo que tem realmente que pagar e adia o resto. “È como esconder o lixo debaixo do tapete para as vistas não verem”.

Em segundo lugar a relação que segue as despesas no orçamento para 2010, prevê mais de quinze milhões e trezentos mil euros de receitas correntes depois de ter reduzido um milhão e quatrocentos mil euros às despesas correntes de endividamento em 2009. Todavia a informação financeira que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N° 17/2009 Sessão Ordinária 28.12.09

refere a 30 Novembro último e o grau de execução do orçamento de 2009, era neste domínio de 58,1%, ou seja pelos vistos prevalece um optimismo orçamental que tem pouca correspondência com a realidade e reporta para um cenário imaginário de obtenção de receitas correntes. Em primeiro lugar a grande fatia dessas despesas representadas com os encargos com o pessoal não diminui face a 2009, mais de nove milhões de euros contra oito milhões seiscentos mil estimados em 2008 e sete milhões seiscentos mil em 2007. Mesmo admitindo que esta situação corresponde a uma estabilização do quadro de funcionários e se se diz que é preciso potenciar os recursos humanos melhorando a gestão a este nível como nos parece perfeitamente elementar corre-se então mais à aquisição de serviços que representa em termo de despesa mais de sete milhões oitocentos mil euros e onde se encontra despesas exageradas com publicidade com quase cento e noventa cinco mil euros, estudos, pareceres e consultadoria em quatrocentos mil, ou mais flagrantemente ainda a rubrica de trabalhos especializados dotada em quase dois milhões e meio de euros. Evidentemente que em termos do orçamento formal que aqui discutimos se acredita na possibilidade de receitas de capital estimadas em mais de catorze milhões e seiscentos mil euros, cobrirem não só as despesas de capital como a parte descoberta de despesas correntes e como mantendo as transferências correntes com a venda de mais de três milhões quatrocentos mil euros, de património municipal.

É possível votar favoravelmente este orçamento que representa mais do mesmo, repete fórmulas, agrava problemas, delapida património e repete necessidades de tesouraria? No nosso entendimento a resposta é não.

Em terceiro lugar as actividades mais relevantes do PPI chamadas grandes opções do plano há na mera listagem de actividades, de intenções, aspectos em que nos revemos e que correspondem de resto a financiamentos já aprovados cuja execução é por isso mesmo incontornável.

Apraz-nos registar a contribuição para a construção do lar residencial da Cercisiago com todo um conjunto de outras actividades em que há financiamento previsto e que correspondam afinal ao suporte orçamental com financiamento assegurado que deve fazer qualquer município. Mas deplorem a insistência da cidade desportiva neste momento, que bem pode ser pensada e repensada a longo prazo de modo que se possa utilizar uma parte da comparticipação da Petrogal para acolher ao problema do endividamento, reservando outra parte para a intervenção a médio prazo em equipamentos desportivos já existentes que o careçam., Deplorem se existem em termos de regeneração urbana da Associação do Centro Historio e a Avenida Vasco da Gama sem especificação formal e vincada que na actual situação em termos de prioridade absoluta o centro histórico só pode ter de prevalecer sobre a Avenida Vasco da Gama e a intervenção aí não pode ser do Centro Histórico não pode ser na perspectiva da sua utilização mas sim da sua revitalização ou sobretudo como primeira habitação. Choca-nos a debilidade das medidas sociais previstas e inexistência de qualquer intervenção ao nível de acessibilidades para cidadãos com deficiências, ausência de medidas que tenham em vista mais inclusão em relação aos excluídos, aos novos e aos velhos, aos idosos, mas sobretudo choca-me que em nenhum documento se registre com o mínimo de consistência uma qualquer referência ao problema ambiental, a saúde pública, do ponto de vista do ar que respiramos, a agua que bebemos vá para além do que a lei prevê e deveria iniciar-se com a realização de um estudo epidemiológico que abrangesse por amostragem toda a população de Sines, dos vários os escalões etários e não apenas as crianças por mais importantes que isso seja



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 17/2009
Sessão Ordinária
28.12.09

evidentemente. É nestas circunstâncias, mesmo ressalvado as medidas com que concordamos, votar favoravelmente os documentos como estão, completamente ausentes de medidas que do nosso ponto de vista são estratégicas para uma melhor qualidade de vida de Sines, a nossa resposta continua a ser não. Isto significa em consciência e em liberdade pelos motivos explicitados vamos votar contra o orçamento e o plano plurianual de investimentos.

Interveio de seguida o Sr. Deputado Luís Gil, referindo que em Novembro de 1989 foi apresentado o estudo prévio e a maqueta do Centro Cívico de Porto Covo. Vintes depois com um empréstimo de milhão e meio de euros contraído para construir e muita polémica, a ideia desapareceu do plano do e do orçamento da Câmara Municipal de Sines. Pode parecer á primeira vista que este equipamento deixou de ser necessário. É verdade que actual sede da Junta de Freguesia serve por enquanto os objectivos mas falta ainda a sala da reunião da assembleia de freguesia, o posto de turismo, um infantário, centro de dia, extensão do Posto de Saúde e o posto da GNR.

De lamentar a nosso entender que Câmara de Sines não preveja no seu plano plurianual e no seu orçamento a construção de habitação social em Porto Covo, deixe abalar os jovens de Porto Covo para se fixarem em Vila Nova de Milfontes, Sines, Sonega, Santo André, por falta de terreno a custos acessíveis. Basta dizer que um terreno em Porto Covo custa tanto ou mais que uma casa construída nos locais referidos com o terreno incluído.

Este ano damos ao executivo da Câmara o benefício da dúvida e votamos a favor do plano plurianual e respectivo orçamento. Em nosso entender este é um bom plano para o Porto Covo se vier a ser realizado. Nós já votamos outros igualmente bons mas cujos frutos não se concretizaram. Como dissemos na tomada de posse queremos ser parte da solução e não do problema e como tal estamos disposto a trabalhar seja com quem for e que queira desenvolver o Porto Covo, por isso Sr. Presidente pode contar comigo.

O Sr. Presidente da Câmara cedeu a palavra à Sra. Vereadora Marisa Rodrigues para explicar algumas das coisas que tem sido dito pelos Srs deputados que já realizaram a sua intervenção.

De facto realçar que este é o orçamento possível, atendendo às circunstância financeiras da autarquia, atenta às circunstância económicas e financeira do próprio País, atento também às circunstâncias de tempo em que este orçamento foi elaborado e tinha que ser assim independentemente de a lei preconizar que em ano eleitoral é possível que o orçamento seja aprovado mais tarde, a verdade é que em termos práticos e operacionais tínhamos toda a vantagem que o orçamento fosse aprovado dentro dos timings habituais e portanto desse ponto de vista e por via dos constrangimento de tempo, existem alguns aspectos que, designadamente em termos de discussão aprofundada com todas as forças politicas representadas nesta assembleias com mais tempo teríamos seguramente feito mais.

De qualquer das formas queria realçar dentro dos constrangimentos que tínhamos fizemos tudo o que estava ao nosso alcance e facultámos os elementos em tempo aos elementos das forças políticas para que essa discussão fosse feita de uma forma real e de uma forma pudesse ter efeitos práticos. Dai que a reunião de Câmara tivesse sido marcada para o timing limite para estarmos aqui hoje a discutir esta proposta para que pudesse incorporar alterações propostas pelas diversas formas políticas e incorporou de facto. Portanto desse ponto de vista gostava aqui deixar aqui esta nota de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N° 17/2009 Sessão Ordinária 28.12.09

que o nosso compromisso os documentos previsionais que viéssemos a apresentar e outros de natureza estratégica seriam maduramente discutidos, é de facto um compromisso para levar à prática.

Relativamente á questão do envio da documentação para a assembleia de facto tem que ser enviada com dois dias, é isso que diz o regimento cumprimos e superamos dentro desses constrangimentos de tempo aquilo que está previsto. Não vejo aqui nenhum motivo para seremos objectos de reprovação a esse nível porque cumprimos e superamos com o que está previsto.

Em relação à questão substancial destes documentos previsionais de facto este executivo municipal enfrenta uma série de desafios, enfrenta desde logo ser capaz de levar à pratica uma serie de investimentos que estão previstos, alguns com participações do actual quadro comunitário que soubemos em bom tempo apresentar e aprovados com mérito, assim foi a pontuação que obtivemos das diversas candidaturas, foi de mérito o que significa que as candidaturas que fizemos são boas candidaturas em termos de substancia, portanto temos esse grande desafio de conseguir levar à prática esses projectos e essas candidaturas aproveitando fundos comunitários que já estão aprovados.

Temos outro desafio que entronca directamente com este e que é de facto imprimir outra dinâmica, diferente na gestão dos recursos da Câmara e de gestão designadamente a nível de qualificação da despesa e a nível do aumento da receita. É evidente que temos consciência que temos que atacar o problema digamos assim sobretudo do lado da despesa, reduzindo a despesa corrente e essa orientação está vertida e traduzida também neste documento com a redução da despesas corrente que nos propomos, mas existe também aspectos relativamente à receita que pensamos melhorar e pretendemos melhorar porque è efectivamente possível obter mais receitas em diversas áreas que constituem receita da Câmara. Esse è o nosso desafio digamos base, e mais que o nosso desafio é o nosso compromisso, foi o nosso compromisso eleitoral, foi o nosso compromisso que esteve na base da elaboração deste documento que foi elaborado tendo por base linhas de orientação estratégicas que foram definidas pelo executivo municipal e que depois foram preenchidas pelas propostas dos serviços e do executivo municipal e portanto o nosso compromisso é esse de conseguir ter aqui uma gestão mais qualificada e mais rigorosa.

Relativamente a algumas questões que o Sr. deputado João Madeira colocou, gostava de salientar que de facto não partilho da mesma opinião, que os documentos não são mais do mesmo, eles espelham uma intenção efectiva de contenção das despesas correntes, isso deve ser valorizado. É evidente que o património é um activo e não serve de nada estando cristalizado não é para isso que ele serve e portanto alienar património para construir mais património não me parece ser uma atitude nada censurável, antes pelo contrário.

Uma palavra sobre a questão do Ambiente e o GISA. Continuamos a referir o GISA porque o GISA é o nosso projecto em matéria de ambiente. O GISA é um estudo epidemiológico, é a nossa proposta relativamente ao ambiente.

Em relação à regeneração urbana e à avenida Vasco da Gama, é inquestionável que a candidatura e o plano de acção que a Câmara de Sines fixou para a regeneração urbana do Centro Histórico utilizando a avenida como elemento primordial e essencial, qualificador e que imprima outra actividade e dinâmica do Centro Histórico, é uma estratégica global e que está bem patente bem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N° 17/2009 Sessão Ordinária 28.12.09

definida na nossa candidatura, que ficou qualificada em primeiro lugar de todas as outras candidaturas que foram apresentadas, sendo que a maioria foi apresentada para Centros Históricos.

Estávamos convictos na altura que era uma boa estratégia e continuamos convencidos que a estratégia de aliar a renegação do centro historio ao reforço da atractividade da avenida como elemento essencial para que se possa potenciar quer a habitação quer o próprio investimento privado e as dinâmicas económicas do centro historio, parece-nos que é uma aposta acertada.

Em relação à posição que a CDU é evidente que não posso deixar de manifestar perplexidade relativamente não tanto à substancia porque já era espectável, mas relativamente à forma como as coisa são ditas, porque efectivamente as grandes opções são documentos que são elaborados para o quadriénio e portanto isto que aqui está não é nada de novo. Não foi nada que nós inventámos ontem, já vêm de trás, a CDU andou a dormir ou então não percebo esta posição e muito menos quando se fala em cambalhotas, saltos mortais e duplos e etc.

Em relação à questão que o Sr. Deputado Luís Gil coloca do centro cívico, ele de facto não desapareceu ele está lá. Não estou a falar da GNR que sabemos que é uma questão mais ou menos complexa, não podemos obriga-los a estabelecer-se em parte nenhuma, queriam uma instalação para pôr lá quem e sempre totalmente suportado pela Câmara. Mas o centro de dia o centro escolar, todos esses equipamentos estão previsto neste plano. Quanto à falta de habitação social para jovens, a Câmara tem apenas um terreno em Porto Covo e portanto a nossa perspectiva é de que existam uma series de matérias que possam ser resolvidas através de planos de pormenor uma vez que temos um plano de urbanização que não tem a per-equação como o Sr. Deputado Luís Gil sabe porque acompanhou bem esse processo. Não era possível nem desejável que estivéssemos a prever neste orçamento soluções que eventualmente ainda passarão por intervenções intermédias. De qualquer das forma é obviamente uma matéria que o executivo da Câmara continuará a estudar e a analisar e a ponderar a sua resolução.

Foi cedida de seguida a palavra ao Sr. Carlos Silva que referiu subscrever boa parte da abordagem que o deputado João Madeira fez. Não entendi assim os seus comentários como uma reprovação à Sra. Vice-Presidente ou ao executivo relativamente à entrega dos documentos pois cumpriu aquilo que está estabelecido e o prazo é curtíssimo. Nesta altura ainda se tornou mais curto e portanto é de todo essencial que seja feito um esforço para proporcionar quer à vereação quer aos deputados municipais mais tempo para poder uma fazer avaliação mais correcta de acordo com aquilo que realmente é aqui proposto.

Relativamente ao Sr. Deputado João Damas, em termos de cambalhotas os senhores da CDU são catedráticos porque nós mantivemos a distancia nos anos anteriores onde votamos a favor o plano de actividades e votamos contra o orçamento e este ano alteramos essa posição porque entendemos que este executivo tem que ter condições para trabalhar e no fundo trata-se de dar espaço para que este novo executivo funcione e corresponda às exigências que certamente todos fazemos no sentido que haja maior rigor melhor gestão do município e portanto não entendemos isso e eu pelo menos não tinha entendido que tinha dado uma cambalhota até podia cair e por isso recuso esse epíteto porque catedráticos nesta matéria são os senhores.

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que relativamente à questão dos prazos queria esclarecer que de facto são os dois dias úteis que o regimento indica mas não só pois está de acordo também com o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 17/2009 Sessão Ordinária 28.12.09

que a lei diz. Queríamos pedir que no futuro o executivo camarário seja um pouco mais célere na entrega dos documentos para dar mais algum tempo de análise.

Falou de seguida o Sr. Presidente da Câmara dizendo que relativamente a isso, não há aqui nenhum jogo, nenhum propósito que os Srs. Deputados não tenham a documentação atempadamente. Claro que cada um gere a sua vida e arranja, ou não, tempo para as coisas. Nós queremos assumidamente que haja discussão e que haja condições para todos se inteirarem dos documentos. É um propósito reiterado deste executivo, foi hoje aqui também referido e está neste documento que entrego á mesa da assembleia que é a posição da Câmara, de haver maior participação dentro do possível, na análise e na discussão e até antes nas propostas. Curiosamente nós fizemos, cumprimos o dever do direito da oposição, fizemos reunião dia 17 de Dezembro de 2009, há onze dias, com os partidos e o essencial é o que está aqui nos documentos. Não vou dizer que o Sr. Deputado João Madeira não veio porque provavelmente não pode, mas ouve tempo certamente desde o dia dezassete até hoje de se inteirar das coisas. Dito isto estamos à vontade e fiquem com esta nota, queremos discutir com os Srs tudo, incluindo estes documentos, mas muito mais no futuro e portanto pela forma como se pronunciaram estão bastantes conhecedores disto.

Temos vontade de intervir, transformar e valorizar o território e de qualificar os centros urbanos, é isto que está patente nas propostas e que caracteriza o orçamento. Meus caros há doze anos quando nós viemos para o poder a Cidade era terceiro-mundista e nós fizemos um investimento extraordinário. As escolas não tinham obras à vinte anos, fizemos um investimento de mais trezentos mil contos nas escolas e de seiscentos mil, na Zil 2, seiscentos mil nos bairros para além disso levamos a água a Porto Covo, qualificamos o centro, fizemos o jardim público, uma boa parte disso sem as devidas contrapartidas comunitárias e além da dívida que herdamos, mas não vale a pena falar disto. O peso da dívida actual foi da que herdamos de dez milhões de euros, mais dos investimentos que fizemos de mais de trinta milhões, num total de aproximadamente cinquenta milhões.

Referiu como exemplo as piscinas municipais que tiveram uma comparticipação de 70% no valor de trezentos e quarenta mil contos quanto gastamos nas piscinas oitocentos mil contos, o Centro de Artes, ficou em menos das metade comparticipações, a habitação do bairro social da floresta para alojar as pessoas, oito milhões de euros e recebemos 40% disso. Não tínhamos obrigação de o fazer aliás se quisessem orçamentos equilibrados bastava que não se tivessem feito obras e então não estávamos a falar disto. O que agravou o nível da dívida actual foi a diminuição brutal das receitas o ano passado, em que recebemos menos três milhões euros do que estava previsto de impostos e também teríamos o orçamento equilibrado se tivéssemos vendido o património que temos. Esta Câmara tem um problema financeiro e não tem um problema económico, felizmente. Pusemos à venda o ano passado dezasseis milhões e não vendemos nada devido à crise, mas não só pois não quisemos vender ao desbarato como às vezes faz a administração central. Podíamos ter vendido por metade mas não era bom para o município, portanto esse património está como activo. O que estamos a pagar actualmente da despesa da dívida por ano è de um milhão e novecentos mil euros que são os juros mais o pagamento da dívida. Pagamos menos do que estávamos a pagar à um ano por via do PRED e da boa negociação com os bancos estamos em condições de futuramente melhorar esta situação. Temos aqui investimentos que nenhum de vocês, creio, tem a ousadia de contestar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 17/2009 Sessão Ordinária 28.12.09

Continuou respondendo aos Srs. Deputados da CDU que este orçamento é tão megalómano como os anteriores mas os senhores aprovaram-nos e defenderam-nos no passado e não tiveram a ousadia de correr com o Presidente ou com executivo. Temos aqui seis milhões e meio para as escolas. É ou não importante? Podíamos não fazer e ninguém nos criticava! E temos a renegação urbana e os projectos que vamos discutir oportunamente na praça pública. Nunca ninguém falou em transformar a Avenida Vasco da Gamas, aquela aberração, de via rápida numa avenida. Está feito o protocolo e agora fazemos a obra de transformação e valorizamos a Cidade. Podíamos não fazer que ninguém nos dizia nada.

Para Porto Covo estão previstos cerca de oito milhões mas ainda não sabemos onde vamos buscar o dinheiro. Mas se não aprovássemos, aliás contra a vontade da CDU na altura, a candidatura ao POLIS não estávamos com este encargo às costas mas é importante para Porto Covo. Para obras das escolas e estradas temos seis milhões e meio de euros. A estrada de Porto Covo é importante e deve ser feita mas os Senhores (CDU) não a contestam nem o Bloco de esquerda.

Em relação à Cidade Desportiva é importantíssima para Sines, para a sua estratégia, temos esses seis milhões e houve a ousadia de os conseguir e vamos aplica-lo nesse projecto nessa obra e iremos faze-la por fases.

Iremos propor e contactar as forças políticas que queira trabalhar connosco para transformar positivamente este município e esta Cidade. Vamos apresentar uma proposta e um projecto para fazer um plano estratégico da Cidade de Sines e creio que todos se vão envolver nesse plano, vão ver que é importante fazer a cidade desportiva e não somos irresponsáveis ou loucos para andar a fazer coisas que à partida sabemos que não temos condições para fazer.

O nível de endividamento que temos pode ser controlado e diminuído e pode ser resolvido a curto ou médio prazo como alguns dos senhores sabem. A preocupação destas forças minoritárias que aqui estão é se fazemos algum coisa de importante para Sines. Vamos fazer as escolas, ainda hoje despachei o lançamento do concurso da escola junto à b2,3 Vasco da Gama, é uma escola importante. Temos a candidatura da escola de Porto Covo e vamos faze-la. Com essa escola resolvemos o problema da pré-escolar e com o pavilhão resolvemos o problema de desporto e valorizamos Porto Covo. É esta a nossa visão do território. Ao mesmo tempo pugnamos pelo centro de saúde e temos também garantia que ele será feito. Sobre o centro cívico Sr. deputado Luís Gil nós já falamos sobre isso o que importa è que estamos a fazer os equipamentos para Porto Covo, necessários e muito bons. Em Abril aquele pavilhão está feito depois constatar-se-á a importância dele.

Vamos garantir a construção do Centro de Dia de Porto Covo em parceria com a Associação “A Gralha”, vamos construir o Centro Social em Sines para a Associação Cabo-verdiana em parceria com a Gralha e vamos tratar do Centro da Cercisiago em Sines. Uma obra importante e necessária também.

Agora aqui duas notas. Eu disse sempre e assumo aqui que uma das nossas preocupações principais além de procurar arranjar dinheiro para fazer investimentos importantíssimos para Sines é tomarmos medidas para conter as despesas, diminuir encargos e melhorar a gestão e vamos apresentá-las e depois quero ver as vossas reacções. Estou a dirigir-me a estas duas forças minoritárias e contestatárias, e digo-vos que dos projectos e da acção da Câmara vamos apresentar a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 17/2009 Sessão Ordinária 28.12.09

todos sem preconceitos, vamos introduzir medidas de contenção de despesas de funcionamento e de aumento de eficiência. É para fazer ao longo de um mandato e não chega.

Na questão do Ambiente devemos especialmente usar intervenções com uma base de sinceridade porque aquela técnica de “apoucar” ou de desfazer naquilo que as pessoas estão fazer com a presunção que isso resulta meus caros, não cola não é serio, não estamos a intoxicar as gerações presente e futuras.

O Ambiente em Sines está francamente melhor que há quinze anos atrás e é preciso que nós usemos a cabeça e que nos guiemos por indicadores objectivos e não por presunções e por determinadas tiradas falaciosas. O ambiente está francamente melhor que estava há quinze anos atrás, Temos a melhor equipa do país a trabalhar em Sines, o Professor Amílcar Soares, do Instituto superior Técnico, o Professor Branquinho, o professor Chambel da Universidade de Évora, são das pessoas mais competentes deste país que estão a trabalhar com esta Câmara para estudar e melhorar o ambiente, desde o subsolo ao solo e à componente da atmosfera. Preocupem-se com isto e venham às reuniões e vejam o que se está a fazer não andamos aqui a enganar a população ou vender gato por lebre estamos a fazer um trabalho sério para estudar e fazer a gestão futura. Custa-me muito ouvir deputados, porque a politica é nobre, estarem a desfazer aquilo que está a ser feito ou a tentar desfazer sem seriedade e preocupação. Venham a essas reuniões e critiquem os projectos mas não digam que não está a fazer nada ou se está a enganar as pessoas. Estou um bocado saturado de ouvir coisas desse género.

Este plano, estas propostas e prioridades são importantíssimas para o presente e para o futuro. As escolas que vamos construir são modelares, são escolas que começam a dar resultados agora na qualidade de ensino. O esforço que a Câmara está a fazer na Educação dá resultados concretos e portanto nisto está uma parte destas propostas do plano de actividades e do orçamento e do PPI para os quatro anos, e nisto está também uma preocupação com o futuro de Sines. Não estamos a fazer obras de fachada, estamos a criar obras estruturantes e obras de proximidade importantíssimas.

O Sr. deputado Luís Gil diz que dá o benefício da dúvida. Aquilo que propomos aqui é para fazer, até onde pudermos e vamos à procura de dinheiro. Conter despesas é um desafio para todos e nós queremos trabalhar em conjunto e vamos fazer quatro anos de trabalho profícuo. Não para por na lapela mas para ser assumido por todos, comprometemo-nos com vocês e pedimos que assumem a vossa responsabilidade e aprovelem estes documentos e este orçamento.

Sr. deputado José Félix, referiu que estão disponíveis para o Sr. Presidente apresentar estas propostas e discuti-las. Já sabemos porque já andamos cá algum tempo que há alguma dificuldade em analisar pontos de vista diferentes. O Sr. Presidente sabe isso e é espectável da nossa parte que o Sr. Presidente também saiba conviver com as diferenças que possa haver. É sempre difícil já que todos nos conhecemos e mais de 50% das pessoas que aqui estão já estão á tempo suficiente. Cá estaremos para contribuir e verificar se realmente à assim essa grande abertura para chegar a um consenso.

Em relação ao ambiente è evidente que há melhorias como é óbvio, pois nestes últimos quinze anos as empresas foram forçadas a cumprir a lei mas não chega. O GISA sempre foi um projecto e temos provavelmente questões sobre o assunto e outros nomeadamente no que diz respeito às águas subterrâneas e solos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 17/2009 Sessão Ordinária 28.12.09

Tendo-se fechado as intervenções Sr. Presidente da Assembleia informou que iria proceder-se à votação das grandes Opções do Plano 2010/2013. O resultado da votação é a seguinte: Aprovado por maioria com dez votos a favor do Sim, oito votos a favor do PS, um voto a favor do PSD, três votos contra da CDU, um voto contra do BE.

Colocado de seguida à votação o Orçamento para o Ano 2010, foi aprovado por maioria, com dez votos a favor do SIM, um voto a favor do Presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo, sete abstenções do PS, uma abstenção do PSD, três votos contra da CDU, um voto contra do BE.

Foi colocada à votação o Plano Plurianual de investimentos 2010/2013, sendo aprovado por maioria, com dez votos a favor do SIM, um voto a favor do Presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo, sete abstenções do PS, uma abstenção do PSD, três votos contra da CDU e um voto contra do BE.

O Sr. Presidente da Assembleia, relembrou os Srs. Deputados que de acordo com o definido anteriormente o Sr. Secretário irá elaborando as minutas das actas para serem aprovadas no final de cada uma das sessões como foi falado.

Referiu ainda que de acordo com o regimento deveríamos terminar as Sessões da Assembleia à meia-noite e como temos ainda algum tempo propõe aos Srs. Deputados que se analisassem os pontos seguintes da ordem de trabalhos, nomeadamente o ponto 5 e o ponto 6 porque são coisas simples e que provavelmente não irão ter muita discussão. Deixar-se-ia então o ponto 7 que é apreciação da actividade da Câmara Municipal para uma outra assembleia realizar na primeira semana de Janeiro e também como combinamos anteriormente seria á sexta-feira porque é um dia bom para todos. A continuação desta Assembleia seria então a 8 de Janeiro de 2010.

A Sra. Deputada Josefina Andrade, referiu que não tinha em seu poder a actividade da Câmara Municipal, a qual lhe foi então entregue.

O Sr. deputado João Madeira referiu que como está em substituição preparou a intervenção na base que foi acordada na Comissão Permanente, mas não se preparou no sentido de intervir nos pontos que previsivelmente não estavam previstos para esta sessão.

Sr. Presidente da Assembleia, explicou ao Sr. Deputado João Madeira que o documento da CIEMAR basicamente se trata duma autorização a dar pela Assembleia para algo que é do interesse de Sines, sem interesse político, tem que ver com a Universidade de Évora e faz parte da investigação marítima.

O Sr. Deputado Carlos Silva referiu que não esteve na reunião da comissão permanente, por razões conhecidas e de qualquer maneira se estivesse não podia concordar que a comissão permanente decidisse a que hora acabava a assembleia municipal, devendo acabar no último ponto ou à meia-noite e pouco.

O Sr. Deputado Ferreira da Costa, referiu que todos os assuntos eram prioritários mas que o ponto 5 é importante ser discutido ainda hoje porque existem prazos.

O Sr. Presidente da Assembleia, torna a explicar que era intenção terminar cerca da meia-noite e que iríamos dar prioridade ao ponto 4 na medida que orçamento teria de ser aprovado. Se os outros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N° 17/2009
Sessão Ordinária
28.12.09

pontos não podiam ser abordados devido ao aditado da hora passariam para a sessão de continuação da presente assembleia.

5 Discussão e Votação da Declaração de interesse Municipal para a construção do laboratório da Universidade de Évora – CIEMAR.

Para análise deste ponto da ordem de trabalhos foi indicado pelo Sr. Presidente da Assembleia que estavam os Srs. Deputados poderiam inscrever-se para usar da palavra.

O Sr. Deputado Carlos Silva referiu que queria dizer simplesmente que aprovamos e queremos destacar a importância estratégica que vêm para Sines, a construção do laboratório da Universidade de Évora sobretudo pode ser um entre outros passos que é preciso dar relativamente ao aproveitamento das potencialidades do mar para a nossa vida e para economia de Sines.

Sr. Deputado Ferreira da Costa referiu que sobre o centro de investigação o espaço é cedido pela APS e a Câmara é parceira para se obter vantagens em questões como a candidatura.

Sr. deputado João Madeira, referiu que tem dúvidas e quer perceber o papel dos viveiros.

O Sr. Deputado Carlos Murta pediu que fosse feito uma apresentação deste projecto.

O Sr. Presidente da Câmara passou a explicar que o centro de investigação, na anterior Administração do Porto de Sines, estava previsto ser construído junto ao Clube Náutico. Esta administração entendeu de outra forma e orientou-se a instalação deste centro de investigação e de estudo com uma componente de ensino também, para vir a ser instalado na zona das amarelas onde estão os actuais viveiros que estão desactivados e que o local é bom e é um grande projecto em parceria entre a Universidade de Évora, a Câmara de Sines, e a APS.

A declaração da Assembleia é necessária porque é no âmbito da candidatura ao quadro comunitário chamado de “Corredor azul” que é uma Associação dos Municípios de Sines, Santiago até ao limite de Elvas e Évora, para se conseguir verbas para este centro.

É um grande projecto que tem previsto um investimento de cerca de quatro milhões de euros incluído a valorização do terreno, que vai servir para investigação e estudo oceânico e para aulas. Como sabem a Universidade de Évora é uma parceira estratégica no projecto da regeneração urbana da cidade e que este projecto serve também para criar uma residência com alguma relevância para os estudantes que vêm a este centro de investigação e estudo.

Com isto está prevista a demolição daquele edifício na avenida Vasco da Gama no âmbito da qualificação da avenida

É um grande projecto e espero que agora se crie as condições necessárias para a sua construção e para o seu desenvolvimento que é importante para a universidade de Évora e muito importante para Sines, para o estudo oceânico e para a afirmação do pólo da Universidade de Évora em Sines nas três componentes investigação estudo oceânico, e ensino. Neste âmbito passam por ano em Sines mais de trezentos estudantes da Universidade de Évora. Com aqueles projectos passarão provavelmente alguns milhares e espero que Universidade de Évora participe noutras actividades de Sines na base deste núcleo importante.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N° 17/2009 Sessão Ordinária 28.12.09

O Sr. Deputado José Félix, referiu que concorda e lembramos que sempre defendemos que um pólo da Universidade de Évora viesse para Sines.

O Sr. Deputado João Madeira refere que gostava de ver mais esclarecida a questão dos viveiros.

O Sr. Presidente da Câmara autorizou o Sr. Vereador Idalino a explicar o projecto tendo este dito o seguinte:

Aqueles viveiros históricos foram utilizados há uns anos mas entretanto quem estava a utiliza-los, o Sr. José Manuel, vendeu a outra empresa que pensamos ia avançar com o projecto de construção dos novos viveiros mas esta deixou cair o projecto e portanto libertou-se daquele processo.

Como não houve ninguém interessado nos viveiros e a Universidade de Évora considerou que face à localização e à própria historia daquele local ficaria bem ali um pólo da Universidade de Évora pensou em desenvolver ali um centro de investigação,

Este local foi considerado pela Universidade de Évora como um bom local, até com uma certa historia que a própria Universidade de Évora querera manter e ficar com uma área para futuramente, se houver interessados, poder haver uma zona de viveiros porque é uma marca histórica naquela zona. A Universidade de Évora vai contar que no desenvolvimento no seu projecto possa voltar a ficar um espaço guardado para um eventual interessado ter ali um viveiro e continuar a marcar a história do povo de Sines.

Após a intervenção do Sr. Vereador Idalino o Sr. Presidente da Assembleia perguntou aos Srs., deputados se queriam falar sobre este assunto. Não havendo mais intervenções passou-se à votação da declaração de interesse Municipal para a construção do laboratório da Universidade de Évora - CIEMAR, que foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente da Assembleia disse aos Srs. deputados que marcava a continuação desta assembleia para o dia 8 de Janeiro de 2010 às 21h00 nesta mesma sala de Sessões.

De seguida o 1º Secretário, Sr. Fernando Ramos, passou a ler as minutas da acta relativos aos pontos debatidos, que foram colocadas à votação sendo aprovadas por unanimidade.

Continuação da Sessão Ordinária no dia 8 de Janeiro 2010

O Sr. Presidente da Assembleia deu início à Sessão que vai dar continuidade à Assembleia Municipal Ordinária do dia 28 de Dezembro de 2009, em que ficaram dois pontos para serem analisados.

6 - Desafecção do domínio público de uma área de terreno a ser alienada ao promotor que corresponde ao prédio sito na Rua João Soares e Rua Marquês de Pombal em Sines.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N.º 17/2009
Sessão Ordinária
28.12.09

Feitas as inscrições dos deputados foi-lhes cedida a palavra para as intervenções.

Sra. Deputada Maria José Palmeira disse que iria colocar duas questões. A primeira prende-se com o significado alienar de acordo com o dicionário é transferir, vender ou ceder a outrem a propriedade. O executivo está a vender ou simplesmente a transferir e se com esta alienação gera mais-valias para a Câmara uma vez que o terreno é do domínio público. É que para o proprietário esta alienação se reveste no ganho não de 9,10 m², mas sim 36,40 m². Ora bem o prédio em causa tem quatro pisos que vai por sua vez permitir em termos de ganhos bastantes consideráveis. O projecto passou a nível técnicos da Câmara, não sei, e no entanto gostaria de obter algumas respostas a estas minhas questões porque erros destes penso eu e o Bloco de Esquerda não se admitem e não podem tornar a acontecer.

O Sr. Presidente da Câmara passou a palavra à Sra. Vereadora Carmem Francisco para explicar à Sra. deputada bem como à Assembleia

A Sra. Vereadora Carmem Francisco informou que se trata de uma alienação a título oneroso ou seja é uma venda dessa propriedade por um valor que foi avaliado pelos serviços da Câmara de acordo com os critérios de avaliação que estão definidos pelos serviços das finanças.

Disse também que quando refere que não há erro não há erro, é uma opção no âmbito deste projecto que vêm até do tempo anterior a este Presidente da Câmara. Desde o projecto de viabilidade se verificou que em termos daquela propriedade havia alinhamentos a refazer nos arruamentos Em questões urbanísticas era conveniente fazer um recuo pelo que houve uma redefinição da área do lote e não se tratou de um erro mas sim de uma opção da Câmara que tem muitos anos e que só agora se concretiza mas foi opção de fazer um alinhamento daquele lote em funções das condições concretas.

Não havendo mais intervenções o Sr. Presidente da Assembleia deu início à votação do ponto 6, que foi aprovado por maioria com a seguinte votação: dez votos a favor do Movimento SIM, oito votos a favor do PS, três votos a favor da CDU, um voto a favor do PSD, e uma abstenção do BE.

7 - Apreciação da Actividade da Câmara Municipal, bem como da situação financeira da mesma, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, republicada pela Lei n.º 5 – A/2002 de 11 de Janeiro;

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra aos Srs. deputados para fazerem as intervenções que considerassem pertinentes.

A Sra. deputada Maria José Palmeira disse que em relação à primeira parte do relatório de Actividades da Câmara Municipal, a primeira questão refere-se ao relatório de 30 de Junho até 24 de Setembro mais concretamente nas obras concluídas e a minha questão é a seguinte: Como é possível chamar a uma rotunda provisória formada por blocos de plásticos uma obra concluída.,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N° 17/2009 Sessão Ordinária 28.12.09

A segunda questão diz respeito ao relatório 25 de Setembro a 23 de Dezembro, na secção de ordenamento do território, qual o destino do antigo palácio Pidwel, agora designado por casa Pidwel uma vez que já foi aprovado um plano de pormenor.

Foi respondido pelo Sr. Presidente da Câmara que se inicia uma obra na via pública embora seja uma solução provisória é uma obra, tem começo e fim. Foi dito na altura que era para resolver problemas prementes de circulação perigosa e ilegal e que estava feito o projecto para a solução definitiva e essa está em curso.

Em relação ao Palácio Pidwel, como sabem é uma situação que se arrasta já há mais de vinte anos, teve dois destinos previsíveis um para biblioteca municipal e concluímos que não tinha condições para o ser, e outra para acolher a escola da música cujo projecto de arquitectura esteve feito. Tentámos uma candidatura que não foi aprovada e a obra a ser custeada pela Câmara na totalidade, na altura há nove ou dez anos, de um milhão e duzentos cinquenta mil euros, era incomportável e chegamos à conclusão que tínhamos soluções melhores para a escola da música do que esta. Nesta data tendo em conta a distribuição de equipamentos e a sua previsão consideramos fazer um plano de pormenor para fins de serviços e comércio mantendo o edifício. Uma solução semelhante a S. Rafael que está boa e que resolva este problema sem que a Câmara tenha que gastar dinheiro. Arranjar um equipamento para ali é problemático, adaptar um edifício a uma função geralmente fica mais caro que um novo. Aqui nesta assembleia cheguei a ouvir dizer a alguns deputados que se devia demolir, mas nós nunca alinhamos nisso, o edifício tem referências históricas reconhecidas no plano de pormenor e como todos os planos de pormenor vão à discussão pública e foi aprovado por unanimidade em reunião de câmara.

A Sra. Vereadora Carmem Francisco, pediu a palavra ao Sr. Presidente para dizer que o Plano de Pormenor tem dois momentos formais de possível intervenção do público que está a decorrer neste momento, creio que desde terça-feira, foi publicado em Diário da Republica na segunda-feira. O período de consulta pública é para a participação dos cidadãos e se houver qualquer proposta de do plano qualquer cidadão pode chegar à Câmara, dizer o que entende sobre aquela localização e aquele edifício. São as preocupações que a Câmara deve ter no âmbito da elaboração do plano de pormenor depois da elaboração do plano pormenor tem então o período da consulta pública entre após a aprovação da Câmara e antes da aprovação da assembleia municipal qualquer plano tem pelo menos estes dois momentos um destes está a decorrer exactamente durante esta e a próxima e são quinze dias úteis.

Sr. Deputado Carlos Silva, referiu-se especialmente à apreciação da actividade financeira, referindo que queria ter aqui alguns dados desse relatório mas comprova-se que a execução das receitas correntes atingem 58% do que estava previsto e que ao nível da receita de capital se concretiza apenas 40%. Ao nível das despesas correntes a execução ficou a 71% do que estava previsto e ao nível das despesas de capital apenas 44%. Sublinho isto porque é importantíssimo que se inverta este processo de afastamento tão grande entre aquilo que se prevê e aquilo se executa. Pode haver vários factores que condicionam a execução pelo que era bom que se fizessem um esforço no sentido de atenuar a diferença entre o que se prevê e o que se executa. Por outro lado queria referir o aumento do endividamento em 6%, que não de modo nenhum nos deixa tranquilos. Espera-se que sejam tomadas medidas para conter o crescimento da dívida e até reduzida.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N° 17/2009 Sessão Ordinária 28.12.09

Por outro aspecto gostaria de sublinhar a execução zero da venda de bens de investimento, porque em várias ocasiões referimos que o valor da venda dos terrenos da Câmara Municipal, tem a ver com um momento alto da especulação imobiliária, digamos o crescimento da dinâmica imobiliária. Portanto a Câmara acompanhou e começou a aumentar o valor da venda dos terrenos para habitação quer sejam para propriedade horizontal quer seja para moradias, e foi acompanhando esse crescimento. Está comprovado que é um crescimento irreal e hoje em dia julgo que ninguém espera voltemos a ter esses valores como valores de venda de mercado. O Sr. Presidente normalmente argumenta que não vai vender ao desbarato e que nós propomos que se venda o património ao desbarato. Propomos apenas que se venda o património por um valor que tenha a ver com a realidade em que vivemos de modo a realizar recursos financeiros que permitam reduzir o endividamento da Câmara Municipal portanto aqui mais uma vez uma chamada de atenção para este aspecto.

A Câmara poderia ponderar seriamente nisto para não continuar nesta história de ter hastas desertas de concorrente á compra de terrenos ou seja para as empresas construírem ou sejam eles para os particulares evidente deve-se sublinhar que a situação não é de modo a incentivar investimentos na compra de terrenos para construir á muita gente que tem e não constrói espera por melhores dias mas mantendo os valores de venda por referencia a um momento de Sines e do País, em que os terrenos cresceram de uma forma altamente especulativa em termos de preços não nos parece a nós realista e citamos o executivo a pensar nisso e a rever essa questão.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, referiu que há aqui um retrato que tem que ser visto com cuidado e que são as diferenças notórias entre as receitas correntes previstas e realizadas. Havia uma previsão de vinte seis milhões e houve uma execução de quinze pelo que á aqui uma diferença de onze milhões. Nas receitas de capital foi muito mais grave porque havia uma previsão de trinta e cinco milhões e foram realizados catorze milhões de euros. Nestes catorze milhões está o PRED, logo é menos que isto e portanto ouve uma execução baixa. De facto á aqui uma diferença entre despesas correntes e despesas de capital também de cerca de três milhões. O que acontece não é tanto a baixa execução mas aquilo que tem que ser o orçamento por via do peso da dívida que está imputada porque houve até ao ano passado investimento significativo em Sines, com a nova escola mais de um milhão e meio e outras obras importantes que entretanto se foram fazendo.

Há aqui duas questões. Temos um nível de endividamento alto e deve-se fundamentar ao volume de investimentos que foram feitos. Eu tenho dito isto e não os quero cansar com os investimentos que fizemos mas nas escolas foi um milhão e meio de euros, na ZIL 2 três milhões de euros e recebemos 40% de participação para o bairro da floresta que custou mais de oito milhões e não éramos obrigados a fazê-lo. As piscinas foram participadas num tecto de trezentos quarenta mil contos, elas custaram oitocentos mil, de outras obras que fizemos nalguns bairros, o bairro Dom Pedro, e o largo Fialho foram duzentos mil euros que vinham do executivo anterior, que eram loteamentos municipais e que não recebemos um tostão. Isto tudo somado agravou o endividamento e é claro que estávamos muito bem hoje se não fosse isto mas não vamos por aí. Não é também uma boa política estar a resolver os problemas das dívidas com a venda de património mas recorria-se a ele e voltamos a colocá-lo e este ano. Acedemos a vender património que é um activo mas é um activo imobilizado que até o próprio poder central o faz e até o tribunal de contas sugere às câmaras que o façam para evitar problemas como os que temos, melhorar a gestão e diminuir as despesas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N° 17/2009 Sessão Ordinária 28.12.09

correntes melhorar as receitas também de capital mas não deixar de fazer obras, ainda não sabemos onde arranjar o dinheiro para aquilo que está previsto em candidaturas mas creio que não deixaremos de fazer as obras nomeadamente as escolas, a estrada do porto Covo e os programas de regeneração.

Vamos propor a vocês tomar medidas substanciais para melhora a gestão no sentido de termos menos despesas correntes na medida do possível e melhorar a gestão para que as coisas se equilibrem, A venda do património com que fizemos algum dinheiro no passado foi fundamentalmente para equipamentos: o LIDL, o Pingo Doce e o Hotel, que renderam bastante dinheiro.

Para habitação só se vendesse-mos muito barato, mas este ano vamos estudar se de facto devemos vender algum património para pagar dividas e principalmente arranjar dinheiro para as obras que se pretende fazer. Eu tenho em conta a sua intervenção e digo que a situação em que estamos não é catastrófica. A Câmara está bem economicamente porque temos património mas financeiramente não está bem. Houve uma tentativa de antecipar os créditos que eram de doze milhões e nesse caso estaríamos muito melhor. Alguns deputados entenderam que não eram uma boa solução, mas muitas câmaras nomeadamente do Partido Socialista o fizeram e acho que fizeram bem, foi uma boa medida de gestão e esta medida que tomamos este ano passado do PRED também foi uma boa medida porque reduz os encargos com essa divida e os encargos imediatos da autarquia.

A Sra. Deputada Maria José Palmeira, referiu que o Bloco de Esquerda partilha da mesma posição que o PS, e que realmente o nível da execução das receitas indiciam um certo empolamento dessas receitas que em parte não foram concretizadas.

A nível do endividamento a situação financeira da Câmara é realmente grave, o endividamento agravado em 6%, no espaço de um ano atinge um montante quase de vinte e seis milhões de euros. É claro que a estrutura foi alterada devido a pagamentos das dívidas aos fornecedores num total de aproximadamente doze milhões de euros e isto implicou uma redução de volume de endividamento a prazo de mais de 50%. No entanto houve aqui um agravamento devido a um recurso a empréstimos a duas instituições bancárias. Foi aumentar o volume de endividamento a médio e a longo prazo em mais do dobro, a 128%, isto é grave e á que tomar medidas.

O Sr. Presidente da Câmara explica sobre o endividamento que aquilo que era previsível em impostos se baseia numa regra em que se considera a média de dois anos mas tivemos uma quebra este ano de três milhões de euros o que contribuiu para o agravamento do endividamento.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal questionou o Sr. Presidente da Câmara relativamente ao Conselho Municipal de Segurança, o qual teria que reunir trimestralmente de acordo com o respectivo regulamento. A última da reunião que houve de acordo com a acta disponível foi no dia 9 de Fevereiro de 2005. A questão é saber por que a razão isso está acontecer, se já não existem problemas de segurança, se não à nada que se julgue necessário debater que justifique se promovam as reunião do Conselho Municipal de Segurança.

A segunda questão prende-se com o facto de numa Assembleia realizada em Setembro de 2009, no qual esteve presente, ouve uma questão que foi posta e que era saber qual foram os custos das Musicas do Mundo do ano de 2009.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 17/2009 Sessão Ordinária 28.12.09

A terceira questão que gostaria de colocar era se já houve algumas transferências de competências para as Juntas de freguesias do Concelho de Sines.

Como observação gostaria de pedir à autarquia que quando fizesse os relatórios de actividades referisse a acção social desenvolvida já que é um aspecto importante pois face à crise existente e cada vez maior dificuldade de muitas pessoas nesta terra de viverem para não dizer sobreviverem, era importante se calhar um resumo dos apoios que autarquia fez a essas pessoas mais carenciadas e mais necessitadas do nosso Concelho. Fala-se aqui noutras coisas que foram realizadas e eu não sei qual foi o apoio que a Câmara deu e suponho que deu já que as pessoas dizem que foi dado esse apoio e era importante conhecer-se que a autarquia tem uma componente mais humanista relativamente às pessoas mais carenciadas.

O Sr. Presidente da Câmara, referiu que há alguma coisa que não bate certo, porque fizemos um Conselho Municipal de Segurança no âmbito dos investimentos em Sines há cerca de um ano, e podemos fazer reunir o Conselho regularmente. Quanto aos custos do festival foi hoje levantada essa questão em reunião de Câmara e ficou a Sra. Vereadora de tratar de dar essa informação.

Quanto às transferências de competências para as Juntas de Freguesia, tivemos reunião com a Junta de Freguesia de Porto Covo, actualizamos este processo e estamos a tratar de um protocolo com a Junta de Freguesia de Sines.

Na Acção Social estamos a tratar mas é difícil porque todos os dias estamos a fazer diferentes apoios às crianças das escolas, do universo de alunos do 1º ano são 600 alunos e do escalão A são 150 ou 160, onde a Câmara paga tudo às crianças desde refeições a livros.

No Cartão social do Municipal temos mais de duzentas famílias que pagam metade do custo com a água e esgoto, também transportes públicos e apoio em reparação de casas todos os dias. Apoiamos com cinquenta bolsas de estudo os alunos do ensino superior, no âmbito da rede social e no apoio às instituições. Fazemos um esforço programado e constante e todos os dias no atendimento do Presidente, 80% são para pedidos de habitação e emprego. Isto é uma angústia mas vamos reparando habitações e temos uma relação constante entre os serviços da Câmara e da segurança social, para em rede fazer os apoios a determinadas pessoas, nomeadamente agilizarmos soluções se não são directamente com a Câmara mas com a segurança social, com a Santa Casa e com as Cáritas e com outras instituições. Não é fácil porque tem que se contabilizar isto e ainda não à contabilidade analítica a funcionar devidamente na Câmara.

A Sra. Deputada Helena Sales refere que relativamente nos apoios escolares também apoiamos as crianças ao nível Pré-escolar, que são entre 60 a 70 crianças que recebem o apoio da Câmara.

O Sr. Presidente da Assembleia. Refere que este pedido de esclarecimento relativamente tem a ver com um aspecto que todos concordamos que é importante. Se a autarquia presta os serviços às pessoas e deve prestar, é importante que o preste, também é importante que as pessoas que aqui estão tenham conhecimento daquilo que é feito.

A Sra. deputada Helena Sales, refere que o que Sr. Presidente disse tem um aspecto que é importante referir e que se prende com muitas situações em que se deve privilegiar o sigilo e há situações que são muito concretas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N° 17/2009 Sessão Ordinária 28.12.09

O Sr. Presidente da Assembleia passou outra vez a explicar que neste caso estamos a analisar um trimestre de actividade da Câmara, não precisa de saber os nomes das pessoas a quem foi prestado o apoio. Os valores dos apoios prestados, por exemplo na reparação de habitação, por exemplo o cartão social de munícipe talvez seja difícil contabilizar por trimestre mas se calhar ao fim do ano será possível contabilizar que apoio financeiro que a autarquia deu. Temos aqui uma series de paginas deste relatório de actividades da Câmara e temos aqui cinco pontos relativos à acção social. Acho que era importante ter-se a noção do apoio que é prestado nestes tempos de crise.

Cedida a palavra pelo Sr. Presidente da Câmara a Sra. Vereadora Marisa Rodrigues, referiu que só queria acrescentar que de facto a estrutura deste documento das actividades da Câmara tem seguido os mesmos moldes mas efectivamente é preciso melhorar e fazer sempre um esforço para melhorar a informação que prestamos não só a Assembleia Municipal como aos cidadãos de uma forma geral.

A nível dos apoios sociais que prestamos é importante que de uma forma obviamente não nominal, isso não faz sentido, seja evidenciado de facto o apoio social que a Câmara Municipal, presta todos os dias a muitos munícipes do Concelho de Sines, que seja evidenciado de uma forma com mais clareza. É um facto que nós o fazemos, tem encargos bastantes significativos para a Câmara e obviamente também se repercute em todas as situações de análise financeira e económica que estivemos aqui a falar. Creio que é importante que esse aspecto seja mais evidenciado mais valorizado. Nós vemos quando estamos a assistir aos noticiários às vezes um apoio que nós já fazemos há tanto tempo e que nunca apareceu na televisão. A Câmara peca por não evidenciar os apoios que dá e acho que isso é importante quer para os Srs. deputados conhecerem quer para os cidadãos em geral terem uma noção daqueles que são os apoios que a Câmara presta todos os dias.

Em relação à questão da contabilidade analítica por via do facto da contabilidade de gestão não estar ainda implementada na Câmara Municipal de Sines, nem na maioria das autarquias deste país pois às vezes é difícil ter os custos todos imputados às actividades que desenvolvemos. A Câmara tem também como seu objectivo melhorar a sua performance, designadamente a nível da gestão e nesse sentido a Câmara tem uma colaboração com uma instituição universitária, o ISCTE, para implementar um modelo de gestão e em que está incluindo a questão da contabilidade de gestão que é efectivamente fundamental para que todos nós possamos ter e transmitir uma visão rigorosa daquela que é a nossa gestão, daqueles que são os encargos com as diversas actividades que promovemos. É uma medida que será bastante importante e relevante para conseguir os objectivos de reduzir despesas e perceber exactamente onde essa despesa está, como ela acontece, quais são as oportunidades de a reduzir e ao nível de qualificação da receita que é sempre mais complicado sobretudo nesta conjuntura e neste contexto, mas que teremos alcançar.

Retomando a palavra o Sr. Presidente da Câmara refere que há questões fundamentais em que a Câmara se preocupa e actua consequentemente nesta duas áreas da solidariedade e da coesão social, e também é importante entender os investimentos da Câmara nestas áreas e os custos. As coisas não funcionam gratuitamente e a rede social tem o suporte principal da Câmara para detectar situações e fazer investimento. Os investimentos que estamos a fazer com a Cercisiago são para a coesão, para a justiça e a solidariedade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N° 17/2009 Sessão Ordinária 28.12.09

A Colaboração com Centro de Emprego nalguns programas que se fizeram para combater o desemprego e para fazer actividades ocupacionais remuneradas, de forma programada. Eu não gosto da caridade e opto pelos apoios solidários.

Antes de terminar esta Assembleia peço licença para deixar aqui uma nota de relevância pelo acontecimento histórico de hoje na Assembleia da República, um acto de justiça e de relevância da liberdade, do humanismo dum progresso democrático e civilizacional quero deixar esta nota nesta assembleia é um dia histórico para a democracia portuguesa com as posições que cada um tenha sobre este acontecimento faço questão que fique registado.

O Sr. Presidente da Assembleia refere que, terminada a ordem de trabalhos coloca à assembleia o seguinte: antes do período antes da ordem do dia desta mesma assembleia estava em assunto a aprovação de uma acta, que presume todos receberam cópia para analisar e pedia-se para dar uma resposta no sentido de se proceder à sua correcção, se necessário. Houve alguns comentários que foram feitos e houve outro que chegou só recentemente mas que se refere à correcção de uma palavra. Questiona no sentido de saber se podemos votar a acta.

O Sr. Deputado Francisco Venturinha, refere que não conseguiu ler a acta e não é a primeira vez que não tem acesso à leitura das actas pelo que nesse caso não se pode pronunciar. Disse ainda que antes recebia em papel e não consegue ler o documento em PDF.

O Sr. Presidente da Assembleia explica que na primeira reunião que houve da comissão permanente e no sentido de reduzir custos com papel e toner, foi assente com os líderes dos grupos municipais, que seriam enviado uma cópia em papel para cada um dos grupos municipais e em formato digital para todos os deputados. As alterações que foram indicadas pelas Sras. Vereadora Marisa e Carmem, foram realizadas e não houve mais ninguém a comentar a acta. Propõe que se aprove a acta ficando sujeita à verificação pelo Sr. deputado Francisco Venturinha. Se ele tiver alguma correcção a fazer naquilo que tem a ver com as suas intervenções elas serão corrigidas e a acta nesse caso estará em condições de ser publicitada.

A Sra. Deputada Maria José Palmeira refere que nessa acta o seu nome não tem indicação.

A Sra. Deputada Helena Sales, perguntou porque razão as actas eram organizadas por pontos em vez de serem de escrita contínua.

O Sr. Presidente da Assembleia explicou que esta é uma estrutura como outra qualquer, ou seja debatemos pontos, então em cada ponto tem aquilo que foi dito e tratado ou seja é mais fácil identificar pelos pontos o que cada pessoa disse ou cada grupo disse e por lado fica uma organização muito mais racional e fácil de identificar. É só por isso e não tem outra razão.

O Sr. Deputado Carlos Silva referiu que em substancia não ao nada o dizer mas talvez possa haver algo de alguém que não tenha lido, Pode-se aperfeiçoar alguns erros de português ou palavras assim ou assado mas na revisão deveria haver um critério que devia ser harmonizado que é a forma como se designam as pessoas.

A Sra. Deputada Cátia Salgado questiona se será correcto aprovar a acta sem que esteja toda corrigida para nova leitura.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 17/2009

Sessão Ordinária

28.12.09

O Sr. Presidente da Assembleia, explica que cada uma das pessoas fez os comentários que entendeu e a única situação em causa é Sr. Deputado Francisco Venturinha que não conseguiu ler. Portanto de ponto de vista dos outros está correcto, ele vai verificar os pontos em que ele usou da palavra, e far-se-ão as correcções que indicar.

O Sr. Deputado Carlos Silva refere que não é raro aprovar assim as actas. Mesmo que exista uma posterior rectificação de uma acta já aprovada esta não deixa de estar aprovada.

O Sr. Deputado Francisco Venturinha, refere que está disponível para aprovar a acta, não é isso que impede que aprove a acta. Deveria haver um sistema que permitisse cada vez que fizesse uma assembleia aprovar as actas, mas leva-se muito tempo. Referiu ainda que da sua parte estava disponível para aprovar a acta.

O Sr. Presidente da Assembleia disse que havia aqui outra questão que os queria alertar. Se não houvesse a gravação era quase impossível a elaboração das actas. Como todos sabem quando estamos a falar, falamos de forma simples e a linguagem verbal è diferente da linguagem escrita, As actas na sua essência transmitem aquilo que foi dito, mas a acta é um resumo ainda que alargado daquilo o que as pessoas dizem sendo que o importante é o sentido da intervenção.

A acta que foi apresentada contem esse aspecto, ou seja está feita dessa forma mas não invalida que havendo a gravação se alguém tiver dúvidas venha ouvir e pronunciar-se sobre as correcções que pretende. Portanto as actas tem efectivamente que transmitir o que aqui foi dito, se os deputados falam tem o direito e o dever de se pronunciar sobre o conteúdo da acta para que ela fique correcta e não haja dúvidas para ninguém. Eu penso que devemos trabalhar desta forma aberta e transparente.

O Presidente da Assembleia referiu que uma vez que estão esclarecidas as questões das actas, iria colocar à votação a acta da Assembleia Municipal Extraordinária do dia 26-11-2009. Realizada a votação foi a acta aprovada por unanimidade.

De seguida o Sr. 1º Secretário, Fernando Ramos leu as minutas da acta desta Sessão da Assembleia para todos os deputados. Após terminar foram colocadas à votação sendo aprovadas por unanimidade pela Assembleia.

Nada mais havendo a tratar foi dado por terminada a Assembleia Extraordinária de vinte e oito de Dezembro de dois mil e nove, eram 00.30 horas da qual se elaborou a presente acta.

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines

José Luís Martins Batalha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA Nº 17/2009

Sessão Ordinária

28.12.09

O 1º Secretário

A blue ink signature of Fernando Miguel Ramos, consisting of a large, stylized 'F' and 'R'.

Fernando Miguel Ramos

A 2ª Secretária

A blue ink signature of Paula Cristina de Brito Valeira Plácido Ledo, featuring a large, stylized 'P' and 'L'.

Paula Cristina de Brito Valeira Plácido Ledo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ACTA N° 17/2009
Sessão Ordinária
28.12.09

Anexo: Documentos referidos no texto.

MOÇÃO

Os Eleitos do Movimento Sim – Sines Interessa Mais, na Assembleia Municipal de Sines, apresentam uma Moção de solidariedade, para com os trabalhadores da Firma Mossines – Cimentos de Sines, SA, que no início do próximo mês de Março de 2010, irá encerrar esta unidade de produção de cimento, lançando os 32 trabalhadores efectivos e contratados numa situação difícil. Os 10 trabalhadores efectivos, se quiserem continuar a manter o seu posto de trabalho, terão de aceitar a deslocação para a Cimenteira de Loulé, sujeitando-se a todas as dificuldades de iniciar uma nova etapa nas suas vidas, acarretando com isso todos prejuízos inerentes, principalmente para as suas famílias. Quanto aos restantes 22 eventuais, irão engrossar a estatística do desemprego. Lamentamos que atitudes deste género por parte de Grupos económicos, que continuam a olhar para o factor lucro, em detrimento do respeito pelos seus trabalhadores e como mais grave, refugiando-se no melhor argumento, “A Crise Internacional e Nacional” .

Queremos deixar aqui expresso o nosso voto de solidariedade, prometendo continuar atentos ao evoluir da situação.

Sines, 28 de Dezembro de 2009



The image shows three handwritten signatures. The top signature is in blue ink and appears to be 'Rosa Maria'. Below it are two signatures in black ink, one of which is a large, stylized signature that could be 'Diana'.



Bloco de Esquerda – Sines

PROPOSTA

Sobre a percentagem de participação do Município na colecta de IRS de 2010

1. A taxa de derrama, a % de participação do Município na colecta do IRS e a fixação das taxas do IMI foram aprovadas em sessão de Câmara de 19 de Novembro último, tendo sido, em conformidade, mas inexplicavelmente, as taxas de IMI propostas à sessão extraordinária da AM de 26 de Novembro, mas a de Derrama e a % de participação no IRS só agora, mais de um mês depois.

Do nosso ponto de vista isto não faz sentido, pois qualquer das taxas e a % de IRS têm incidência directa nos documentos que aqui vamos votar – o Orçamento para 2010 e, em consequência, as AMR para 2010 e o PPI 2010/2013, já que são componentes da estrutura de receitas municipais, aprovadas ano a ano, ainda que separadamente.

2. Na estrutura de receitas municipais, tal como nos são apresentadas, as duas taxas e a % do IRS, representam 7,9% no caso do IMI, 8,9 no caso da derrama e 2,3 no caso do IRS, ou seja um total de 19,1% das receitas correntes, o que, no seu conjunto, não é negligenciável, ainda que apenas 10,1% do total de receitas..

Mas, ao mesmo tempo, tratam-se de taxas e de um imposto que pesam directa e imediatamente na vida dos cidadãos e dos munícipes.

3. No que se refere à participação variável de IRS, a Câmara Municipal fundamenta, e bem, a sua proposta, considerando a crise nacional e internacional que atravessamos e os seus efeitos nos cidadãos, mas propõe apenas uma redução de 0,5% em relação ao valor máximo permitido por lei.

Na actual situação, verificamos que:

a) muitos reformados são inclusivamente obrigados a pagar IRS, não beneficiando de isenção dados os limites mínimos serem vergonhosamente baixos;

b) o agravamento brutal do desemprego faz com que muitos trabalhadores por conta de outrem ficando recentemente nessa situação sejam, no ano de 2010 obrigados ao pagamento de IRS referente ao ano em curso em que podem ter trabalhado e portanto descontado;

c) boa parte dos trabalhadores jovens trabalharem a recibo verde, como independentes ou à tarefa, num quadro de precariedade e obrigados a descontos para a Segurança Social e pagamentos por conta;

Considerando esta situação e considerando ainda que a percentagem de participação no IRS representa uma diminuta percentagem do total das

receitas municipais previstas, 1,2%, se torna necessário dar um sinal social claro

PROPOMOS, que a percentagem de participação do Município no IRS seja de 2,5%.

Sines, 28 de Dezembro de 2009

O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda



Bloco de Esquerda – Sines

PROPOSTA

Sobre a taxa de derrama a aplicar ao IRC em 2010

1. A taxa de derrama, a % de participação do Município na colecta do IRS e a fixação das taxas do IMI foram aprovadas em sessão de Câmara de 19 de Novembro último, tendo sido, em conformidade, mas inexplicavelmente, as taxas de IMI propostas à sessão extraordinária da AM de 26 de Novembro, mas a de Derrama e a % de participação no IRS só agora, mais de um mês depois.

Do nosso ponto de vista isto não faz sentido, pois qualquer das taxas e a % de IRS têm incidência directa nos documentos que aqui vamos votar – o Orçamento para 2010 e, em consequência, as AMR para 2010 e o PPI 2010/2013, já que são componentes da estrutura de receitas municipais, aprovadas ano a ano, ainda que separadamente.

2. Na estrutura de receitas municipais, tal como nos são apresentadas, as duas taxas e a % do IRS, representam 7,9% no caso do IMI, 8,9 no caso da derrama e 2,3 no caso do IRS, ou seja um total de 19,1% das receitas correntes, o que, no seu conjunto, não é negligenciável, ainda que apenas 10,1% do total de receitas..

Mas, ao mesmo tempo, tratam-se de taxas e de um imposto que pesam directa e imediatamente na vida dos cidadãos e dos munícipes.

3. No caso da derrama saúda-se que pelo segundo ano consecutivo a Câmara Municipal proponha a esta Assembleia que os cidadãos sineenses com um volume de negócios anual inferior a 150 mil euros sejam isentos do pagamento da derrama, como a lei aliás prevê, medida de justiça elementar que vem beneficiar os muito pequenos e pequenos empresários.

No entanto, para as muito largas dezenas de empresários com um volume de negócios superior a 150 mil euros, foi proposto o valor máximo permitido por lei – 1,5%.

Apesar da informação financeira e fiscal disponível não nos permitir conhecer mais detalhadamente a estrutura real destas empresas de Sines quanto ao seu volume de negócios, sabemos bem que entre elas se encontram médias e até pequenas empresas que foram particularmente vulneráveis aos efeitos da crise, designadamente algumas das que se movimentam em torno das grandes empresas na base da empreitada e do outsourcing foram afectadas pelo desmoronamento das expectativas criadas de novos investimentos no concelho.

Pensamos, por isso que se torna necessário à Câmara Municipal dar um sinal, mesmo que neste momento modesto face à situação financeira da

Câmara, de solidariedade em relação a esses motores da economia local, por onde passa aliás boa parte do dinamismo económico do concelho.

Foi isso que fizeram Câmaras Municipais vizinhas, que pertencem à mesma Comunidade Intermunicipal em que nos integramo,s já em 2008 e 2009, designadamente as de Grândola e Alcácer do Sal, com, respectivamente, 1,3 e 1,4% de taxa de derrama.

PROPOMOS, em consequência, que a taxa de derrama a aplicar em 2010 no concelho de Sines, isente os sujeitos passivos com volume de negócios inferior a 150 mil euros e seja de 1,3% para os sujeitos passivos com volume de negócios superior.

Sines, 28 de Dezembro de 2009

O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda